




1

ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA

2

EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS

3


IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER


4

REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL

5


MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

6

COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

7

QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE

8

TODO MUNDO
TRABALHANDO PELO
DESENVOLVIMENTO

9

DESENVOLVIMENTO
EQUILIBRADO
E EQUIDADE SOCIAL
NO CONTEXTO

MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
MARICÁ
2000-2011

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS PETROBRAS

Wilson Guilherme Ramalho da Silva - Gerente Executivo do Abastecimento Programas Geral de Investimentos AB/PGI/Comperj
Valter Shimura - Gerente Geral de Implantação do Comperj
Aline Duarte Henriques - Profissional de Comunicação Social Pleno
Beatriz Andrade do Patrocínio - Administrador Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Roberto de Souza Salles - Professor e Reitor da UFF
Regina Bienenstein - Profa. Dra. da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF e Coordenadora do Projeto Preposta pela UFF
Edna Yokoo - Profa. Dra. do Instituto de Saúde da Comunidade da UFF
Eduardo Bulhões - Prof. Dr. do Instituto de Geociências da UFF
Jorge Nassim Vieira Najjar - Diretor e Prof. Dr. da Faculdade de Educação da UFF
Jorge Nogueira de Paiva Brito - Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFF

ONU-HABITAT

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-HABITAT/ROLAC
Dr. Elkin Velásquez - Diretor do Escritório Regional
Msc. Rayne Ferretti - Coordenadora de Programas
Dr. Oscar Fernando Marmolejo Roldan - Coordenador do Projeto
Doutoranda Daniela Amaral - Assistente da Coordenação do Projeto
Msc. Gabriel Bayarri Toscano - Estagiário
Msc. Alexander Panez Pinto - Estagiário

PESQUISA, ANÁLISE E DOCUMENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Faculdade de Economia
Prof. Dr. Jorge Nogueira de Paiva Britto, *Prof. Dr. Carlos E. Guanziroli*, *Prof. Dr. Daniel Ribe-*

ro, *Prof. Dr. Claudio Considera*, *Prof. Dr. Leonardo Mulls*, *Prof. Dr. Luciano Losekan*, *Prof. Dr. Marco Vargas*, *Prof. Dr. Alberto Di Sabba-*
to, *Prof. Dr. Fabio Stallivieri*, *Profa. Ludimilla Viana*, *Msc. Carolina Cabral*, *Fernanda Nogueira* e *Dr. Mauricio Vasconcellos* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

Faculdade de Educação

Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar, *Profa. Dra. Flávia Monteiro de Barros Araújo*, *Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento*, *Msc. Aline Javarini*, *Msc. Sheila do Nascimento Dasse*, *Alexandre Mendes Najjar*, *Derekson Rodrigues da Silva Dantas*, *Leonardo Dias da Fonseca* e *Márcia Marins*.

Instituto de Geociências

Prof. Dr. Guilherme Fernandez, *Prof. Dr. Eduardo M. R. Bulhões*, *Prof. Dr. Raul Vicens*, *Msc. Felipe Mendes Cronemberger*, *Msc. Lidice Cabral do Nascimento*, *Msc. Silvio Roberto de Oliveira Filho*, *Maria Luísa da Fonseca Pimenta*, *Mariana Silva Figueiredo*, *Pedro Ivo Bastos de Castro*, *Rômulo Weckmuller Vieira*, *Caio Luiz Muniz Monteiro do Amaral* e *Maria Angélica Rabello Quadros*.

Instituto de Saúde da Comunidade

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Profa. Dra. Hélia Kawa*, *Profa. Dra. Sandra Costa Fonseca*, *Dra. Andréa Sobral de Almeida*, *Dra. Ana Paula da Costa Resende*, *Msc. Márcia Lait Morse*, *Msc. Fábria Albernaz Massarani* e *Msc. Waldemir Paixão Vargas*.

Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF

Profa. Dra. Regina Bienenstein, *Profa. Msc. Eloísa Helena Barcelos Freire*, *Msc. Ana Luíza Toffano*, *Nathur Duarte Pereira Junior*, *Thyago Araújo*, *Natália Coelho de Oliveira*, *Nayana Corrêa Bonamichi*, *Julia Vilela Caminha*, *Raama Crevelande*, *Gabriel de Azevedo Franco*, *Tiago Cargini Gonçalves*, *Rafael Drumond*, *Rafaela Carvalho*, *Karinna de Aquino Paz*, *Felipe de Souza Gonçalves* e *Prof. Dr. Cássio Freitas Pereira de Almeida* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

GERÊNCIA FINANCEIRA

Profa. Dra. Mirian Assunção de Souza Lepsch - Presidente da Fundação Euclides da Cunha (FEC)
Patrícia Marthins - Coordenação financeira pela UFF

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS/UFF - Laboratório de Livre Criação
Profa. Dra. Rosa Benevento e *Msc. Joana Lima*

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

ONU-HABITAT/ROLAC
Oscar Fernando Marmolejo Roldan e *Daniela Amaral*

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Prof. Dr. Eduardo Manoel Rosa Bulhões*, *Prof. Dr. Jorge Brito*, *Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar* e *Profa. Dra. Regina Bienenstein*

EDITORA EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 - anexo | sobreloja - Icarai | CEP 24220-900 Niterói, RJ - Brasil
(21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288
www.editora.uff.br | eduff@vm.uff.br

Reitor da UFF - Prof. Dr. Roberto de Souza Salles
Vice-Reitor da UFF - Prof. Dr. Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Prof. Dr. Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Pró-Reitor de Extensão - Prof. Dr. Wainer da Silveira e Silva
Diretor da EdUFF - Prof. Dr. Mauro Romero Leal Passos

Revisores:

Cinthia Paes Virginio - EdUFF
Icléia Freixinho - EdUFF
Maria das Graças C. L. L. Carvalho - EdUFF
Sônia de Oliveira Peçanha - EdUFF
Tatiane de Andrade Braga - EdUFF
Rozely Campello Barroco - EdUFF
Daniela Amaral - ONU-HABITAT/ROLAC

ISBN - 978-85-228-0922-6


AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo projeto gostariam de agradecer a todas as instituições citadas neste documento pela gentil colaboração na elaboração deste boletim. Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição neste projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF); ao Diretor do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC); ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e Prefeito do Município de Itaboraí, Sr. Helil Cardozo; ao Ex-Presidente do Conleste, Sr. Carlos Pereira; ao Diretor Executivo do Conleste, Sr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; ao Fórum Comperj; à Fundação Euclides da Cunha (FEC); aos Srs. Erik Vittrup Christensen e Alain Grimard (Oficiais Principais da ONU-HABITAT/ROLAC), a Fabiana Araújo, João Meirelles, Gabirel Baiarri e Alexander Panez (Estagiários da ONU-HABITAT/ROLAC); aos Prefeitos, Secretários, Subsecretários e Equipes Técnicas das Prefeituras Municipais; às Associações de Moradores, às Agendas 21 e à população dos onze municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) envolvidos neste projeto e localizados na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Comperj (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).



**MONITORAMENTO DE INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO
ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO
DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ**

**BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
MARICÁ
2000-2011**



M744 Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Maricá: 2000-2011 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. -- Niterói: Editora da UFF, 2013.

1 CD-ROM (v. 1)
ISBN 978-85-228-0922-6

1. Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Indicadores. I. ONU-HABITAT.
II. Universidade Federal Fluminense.

CDD 338.766

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE¹ – EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA OS ONZE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO LESTE FLUMINENSE

A iniciativa da Petrobras de investir na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, habitacional, ambiental, urbanística, de mobilidade, segurança, ordenamento territorial, educação e saúde em toda a região.

Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

Em 11 municípios² do Conleste, que estão na região de influência do Comperj, garantir impactos positivos do empreendimento pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), sendo necessário implementar ações relativas a políticas públicas de caráter local e regional, definidas a partir de uma agenda integrada.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras destaca-se como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio orientem sua política de responsabilidade social e empresarial. Nesse sentido, a partir do anúncio da implantação do Comperj em Itaboraí, a Petrobras desenvolve um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos indicadores socioeconômicos (ODMs) dos 11 mu-



nicipios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Este projeto é uma parceria da Petrobras com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

O PROJETO DE MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPERJ

O projeto tem como objetivo monitorar a evolução dos indicadores socioeconômicos e ambientais da região do Comperj e construir um banco de dados georreferenciado a partir dessas informações. Os Objetivos, as Metas e os Indicadores do Milênio constituem-se como elementos norteadores deste projeto e como referências para os governos locais no planejamento de suas políticas públicas, de modo que permitam inserir a região do Conleste em um processo de desenvolvimento sustentável.

O projeto já está na segunda fase (2011-2013). Na primeira fase (2007-2010) foi realizado um processo participativo com diversos atores da região do Conleste a fim de adaptar os Objetivos, os Indicadores e as Metas do Milênio. Esse processo culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 Metas e 60 Indicadores. Considerando-se que o ODM 8 não se aplicava ao escopo do projeto, foi elaborado um Objetivo adicional, o ODM 9, enunciado como se segue: “Acelerar o Processo de Desenvolvimento Local com Redução de Desigualdades na Região de Influência do Comperj”.

A adaptação dos Objetivos e dos Indicadores do Milênio foi validada entre as equipes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da ONU-HABITAT, com a participação de gestores locais do Conleste. A UFF participou nesse processo com especialistas da Faculdade de Economia, da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências, do Instituto de Saúde da Comunidade, da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). O processo de adaptação de indicadores norteou-se pelos seguintes critérios:

¹ O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste surge inicialmente com uma conformação de 11 municípios (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá). Atualmente se integram ao Conleste 15 municípios (incluídos recentemente os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis).

² Os 11 municípios localizados no entorno do Comperj são aqui neste boletim denominados como Municípios Influenciados pelo Comperj (MIC).

• Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;

• Seleção de indicadores diretamente relacionados e sensíveis à Meta;

• Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica e com série histórica disponível a partir de 1990;

• Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do Conleste, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.

Entre os indicadores do Milênio monitorados no contexto desse projeto, vale destacar a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo de matrícula escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

Esta publicação tem como objetivo principal apresentar as informações e os resultados das análises realizadas sobre cada Município da Área de Influência do Comperj, no período compreendido entre 2000 e 2011. Como objetivo específico, busca-se subsidiar os gestores locais e a sociedade civil em geral com a inédita e complexa pesquisa realizada para a região, cujo propósito é identificar e compreender as alterações em curso a partir da implantação do Comperj e, desta maneira, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do processo de planejamento.

A pesquisa abrange o monitoramento de 24 metas e 62 indicadores baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 11 dos 15 municípios que hoje integram o Conleste. Portanto, tem como público alvo os gestores públicos, a sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa e demais técnicos e estudiosos interessados no tema.

Este Boletim reúne a análise relativa à parte das Metas estabelecidas para serem alcançadas até o ano de 2012 e

indicadores tratados na pesquisa. Dentre os 62 indicadores estudados, aqui são abordados os seguintes:

• Distribuição de domicílios abaixo da linha da pobreza;

• Taxa de matrícula escolar líquida dos ensinos fundamental e médio;

• Taxas de distorção idade/série e idade/conclusão nos ensinos fundamental e médio;

• Taxas de gênero na matrícula e conclusão dos ensinos fundamental e médio;

• Taxa de matrícula no ensino técnico de nível médio;

• Participação feminina no mercado de trabalho;

• Diferencial de remuneração por gênero;

• Taxa de mortalidade infantil;

• Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos de idade;

• Mortalidade materna;

• Proporção de tipos de partos assistidos por profissionais de saúde;

• Taxa de incidência de tuberculose;

• Proporção de áreas cobertas por florestas;

• Proporção de áreas protegidas em unidades de conservação;

• Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a rede de água e esgoto oficial;

• Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos;

• Percentual de área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana dos municípios;

• Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos dos municípios;

• Percentual de assentamentos precários regularizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;

• Percentual de assentamentos precários urbanizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;

• Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais por famílias com renda até 6 salários mínimos, em relação ao total de domicílios existentes em assentamentos precários nos municípios.

PREFACE

COMPERJ AND CONLESTE³: EXPECTATIONS AND CHALLENGES OF THE ELEVEN MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO'S EAST REGION

The Petrobras initiative to invest in the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj) in the city of Itaboraí is expected to change significantly many aspects of the region, related to its economy, population, housing infrastructure, environment, urban mobility, public safety, education and public health.

In this context, the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, was established as a mechanism for regional partnerships and alliances. Conleste aims to solve, in an integrated manner, problems that are common to the 11 municipalities, hence minimizing the negative impacts of the Comperj in the region, and maximizing its positive effects. The Consortium performs a central role in integrating and establishing public policies oriented towards the promotion of sustainable development in the 15 municipalities of the east region of the State of Rio de Janeiro: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá and Teresópolis.

In the 11 municipalities⁴ of the Conleste, that are part of the region of influence of Comperj, to ensure positive impacts of the project means to contribute to the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs), being necessary the implementation of actions related to local and regional policies, which are defined by an integrated agenda.

PETROBRAS AND UN'S GLOBAL COMPACT

Historically, Petrobras has emerged as a pioneer in adhering to UN's Global Compact international principles and commitments, adopting the Millennium Development Goals as a central reference point for their corporate social responsibility agenda. From the announ-



³ The Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, firstly emerged as a joint effort of 11 municipalities (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá) and is currently integrated by 15 municipalities (4 other municipalities joined the consortium at a later moment: Araruama, Nova Friburgo, Saquarema and Teresópolis).

⁴ The 11 municipalities surrounding Comperj are here in this bulletin denominated Municipalities influenced by Comperj (MIC).

cement of the Comperj in Itaboraí, Petrobras sensed the need to develop an innovative project: monitoring of the socioeconomic impacts, based on the MDGs, caused by the industrial activity in the region surrounding the Comperj. This project is conducted in partnership with the United Nations Program for Human Settlements (UN-HABITAT) and the Universidade Federal Fluminense (UFF).

MONITORING OF THE SOCIOECONOMIC INDICATORS IN THE SURROUNDING MUNICIPALITIES OF THE COMPERJ

The Project aims to monitor the evolution of socioeconomic and environmental indicators in Comperj's surrounding region and, to develop a geo-referenced database from this indicators. The monitoring of the Millennium indicators shall act as a reference for local governments in the planning of their public policies, promoting the sustainable development of the region.

The project is already in its second phase (2011-2012). During the first phase (2007-2010) a participative process took place involving the most relevant actors of the region of Conleste, in order to adapt the Millennium Goals, Indicators and Targets to the local reality. This process has resulted in the establishment of 8 Goals, 23 Targets and 60 Indicators. Considering that the MDG 8 did not apply to the scope of the Project, an additional Goal was established: "MDG 9 – Acceleration of the Process of Local Development with Reduction of Inequalities in the Region of Comperj".

The adaptation of the Millennium Goals and Indicators to the local reality was validated by the UN-HABITAT team and the Universidade Federal Fluminense (UFF), as well as by local authorities of Conleste. UFF has contributed to this process with experts from the following fields: Faculty of Economy, Faculty of Education, Institute of Geosciences, Institute of Community Health, School of Architecture and Urbanism and the Center of Urban and Housing Research and Design (NEPHU). The adaptation process was oriented by the following criteria:

• Maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN;

• Selection of indicators directly related to the target (Sensible to required changes);

• Selection of indicators which may be periodically updated, with data available from 1990;

• Use of well-established databases and methodologies.

The key principle of this project is to guarantee the right to the city to its inhabitants, which presupposes the eradication of poverty and the overall improvement of life quality in the region, according to the MDGs and the principles of UN's Global Compact.

Among the Millennium Indicators monitored in this project, it is worth to highlight the following: the evolution of local economic clusters, flows of students in public schools, maternal health, incidence of child mortality, high prevalence diseases, urban violence, as well as the monitoring of low-income settlements, land-use and zoning, environmental sanitation and areas of environmental protection.

This publication's main objective is to present information and results of analyzes performed on each municipality in the Area of Influence Comperj in the period comprehended between 2000 and 2011. The specific objective is to subsidize local managers and civil society in general, using the unprecedented and complex research of the region, the purpose is to identify and understand the changes ongoing since the implementation of Comperj and thus contribute to the improvement of public policy and planning process.

The research covers the monitoring of 24 targets and 62 indicators based on the Millennium Development Goals for 11 of the 15 municipalities that integrates Conleste nowadays. Therefore, it has as target the managers, civil society, educational institutions and other technicians and scholars interested in the subject.

This newsletter brings together the analysis on the part of the Goals set to be achieved by the year 2012 and agreed in the survey indicators. Among the 62 indicators analyzed, the following were discussed:

• Households below the poverty line distribution;

• Educational rates of age / grade and age / completion in primary and middle term;

• Rates of gender in enrollment and completion of primary and secondary education;

• Enrollment rates in technical schools;

• Female participation in the labor market;

• Gender pay gap;

• Infant mortality rate;

• Proportion of admissions due to respiratory diseases in children under 5 years old;

• Maternal mortality;

• Proportion of types of deliveries assisted by health professionals;

• Tuberculosis case incidence rates;

• Proportion of areas covered by forests;

• Proportion of protected areas inside conservation units;

• Percentage of individual households with access to official urban water supply and sanitation;

• Percentage of urban area with access to solid waste collection;

• Percentage of area occupied by slums in the urban area of the municipalities;

• Percentage of households in slums in relation to the total urban households in the municipalities;

• Percentage of slums regularized in relation to total slums in the cities;

• Percentage of slums urbanized in relation to total slums in the cities;

• Percentage of regular housing produced through official programs for families with incomes up to 6 minimum wage in relation to total households in slums in the cities;

SUMÁRIO

ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	11
ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	14
ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....	23
ODM 4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA.....	26
ODM 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA	29
ODM 6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	32
ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	36
ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
Laboratório de Livre Criação
Instituto de Arte e Comunicação Social - UFF



ODM1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹; Carlos E. Guanziroli²; Daniel Ribeiro³; Claudio Considera⁴; Leonardo Mulls⁵; Luciano Losekan⁶; Marco Vargas⁷; Alberto Di Sabbato⁸

META 1A Reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza (entre os 10% mais pobres e os 1% mais ricos)

¹ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

² Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

⁴ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

⁶ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

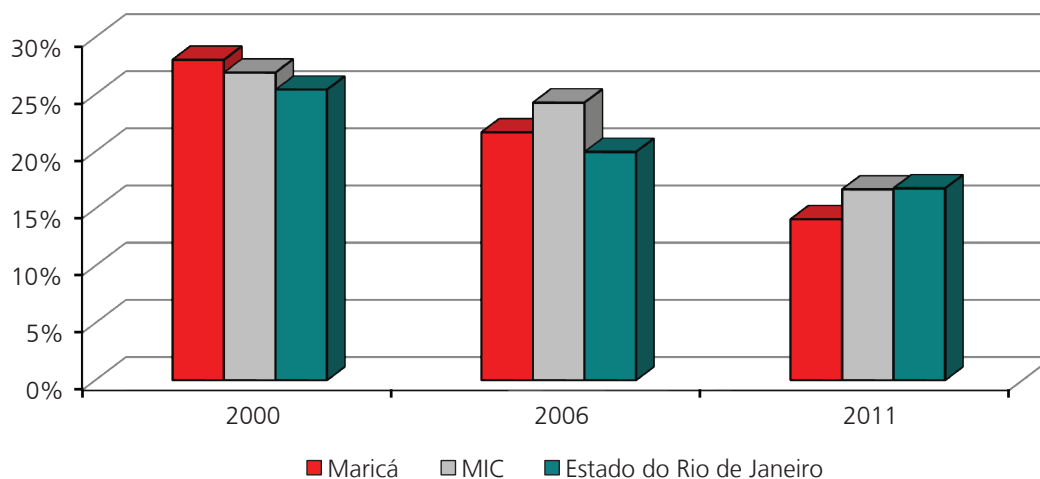
⁷ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁸ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 1, cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza e a fome, tem como meta principal reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal. Neste sentido, os indicadores a seguir ganham especial relevância por quantificar o nível de pobreza (linha de pobreza – LP⁹) e qualificá-lo mediante a análise da concentração de renda (relação entre a renda per capita do 1% mais rico e dos 20% mais pobres). Diante disto, observa-se que o município de Maricá apresentou uma proporção maior de domicílios abaixo da linha de pobreza comparativamente ao conjunto dos MIC e ao Estado do Rio de Janeiro em 2000. Ao longo do período nota-se que o número de domicílios abaixo da linha de pobreza diminuiu tanto no município analisado quanto na região influenciada pelo Comperj e no Estado do Rio de Janeiro. Em 2011, o patamar

de pobreza domiciliar registrado por Maricá foi menor do que o registrado nas localidades de referência (conjunto dos MIC e Estado do Rio de Janeiro), o que indica uma melhora de renda domiciliar per capita significativa. Entre os demais municípios que compõem a região de influência direta do Comperj, Maricá evoluiu da quinta para a terceira melhor posição, entre 2000 e 2011 (de 28,1% para 14,1%, respectivamente), o que significa uma queda de 14 pontos percentuais em termos de domicílios abaixo da linha de pobreza. Quando analisamos, para o ano de 2011, o percentual de pessoas existentes nos domicílios classificados com renda per capita abaixo da linha de pobreza (que equivale a 17,7% da população), verificamos que o município de Maricá alcançou a meta de reduzir a pobreza de forma que ela não supere os 25% do total da população.

Domicílios abaixo da linha de pobreza (LP) segundo a renda *per capita* das famílias em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

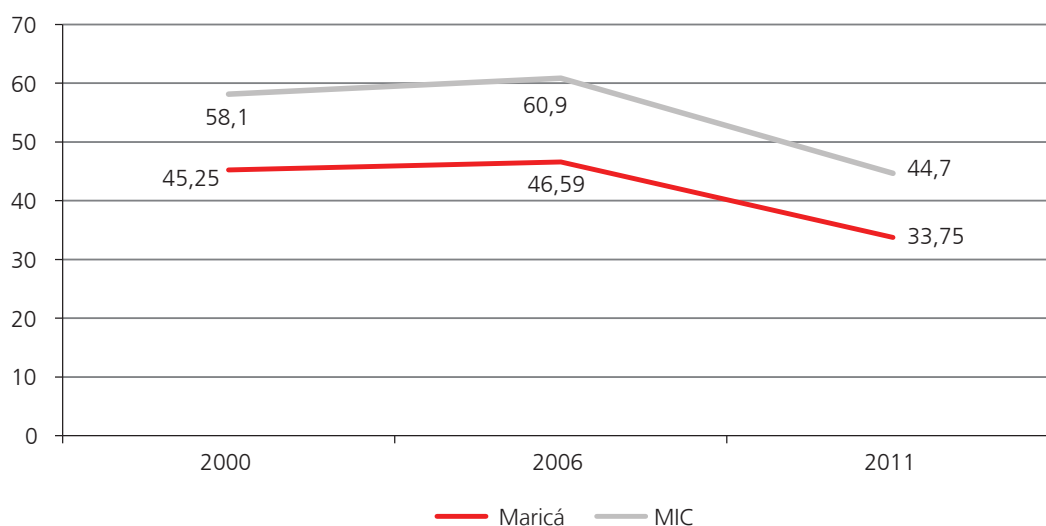
Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

⁹ Empregamos neste estudo as linhas de pobreza para o Estado do Rio de Janeiro fornecidas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apesar de apresentarem certa discrepância em relação ao parâmetro estipulado pela meta (meio salário mínimo mensal) se mostraram mais adequadas à realidade da região (para maiores detalhes, ver produto 1A-3/ODM 1).

Com o intuito de qualificar a distribuição de renda no município de Maricá, analisa-se a relação entre a renda per capita do 1% mais rico e dos 20% mais pobres. Este indicador tem por objetivo demonstrar quantas vezes a renda per capita do estrato de renda mais rico (1% mais rico) é maior do que a renda per capita do estrato de renda mais pobre (20% mais pobres). Diante disto, nota-se que o município de Maricá registrou uma queda no grau de concentração de renda entre os anos de 2000 e 2011, embora tenha sido verificado um aumento neste indicador no período 2000-2006. Em comparação com o conjunto de localidades que compõem a região dos MIC, Maricá demonstra uma situação de maior equidade no que diz respeito à distribuição de renda entre os estratos analisados. Com isso, em 2011, Maricá ficou na sexta posição em termos de menor grau de concentração de renda, com o

indicador sugerindo que um indivíduo pertencente ao estrato do 1% mais rico possui uma renda 33,7 vezes maior do que a renda de um indivíduo integrante do estrato dos 20% mais pobres.

Relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Jorge Nassim Vieira Najjar¹⁰; Flávia Monteiro de Barros Araújo¹¹; Aline Javarini¹²

META 3A Garantir que, até 2012, as crianças de toda a região dos MIC, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Fundamental

META 3B Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Médio

META 3C Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio, por dependência administrativa
- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio por matrícula do ensino médio
- Taxa de matrícula escolar da educação profissional, segundo o eixo tecnológico, nos cursos técnico-profissionais de nível médio e nos cursos profissionais do Senai e do Senac
- Taxa de matrícula dos cursos do Centro de Integração do Comperj, segundo área profissional

¹⁰ Doutor em Educação. Professor Associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹¹ Doutora em educação. Professora adjunta da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹² Mestre em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, nos MIC, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	1.792	7.255	24,70%
Casimiro de Abreu	1.593	5.323	29,93%
Guapimirim	1.898	6.310	30,08%
Itaboraí	10.582	32.621	32,44%
Magé	12.429	35.453	35,06%
Maricá	4.782	14.763	32,39%
Niterói	19.534	52.326	37,33%
Rio Bonito	2.332	7.635	30,54%
São Gonçalo	35.962	98.129	36,65%
Silva Jardim	663	3.107	21,34%
Tanguá	1.062	3.949	26,89%
MIC	92.629	266.871	34,71%
Rio de Janeiro	643.396	1.952.852	32,95%

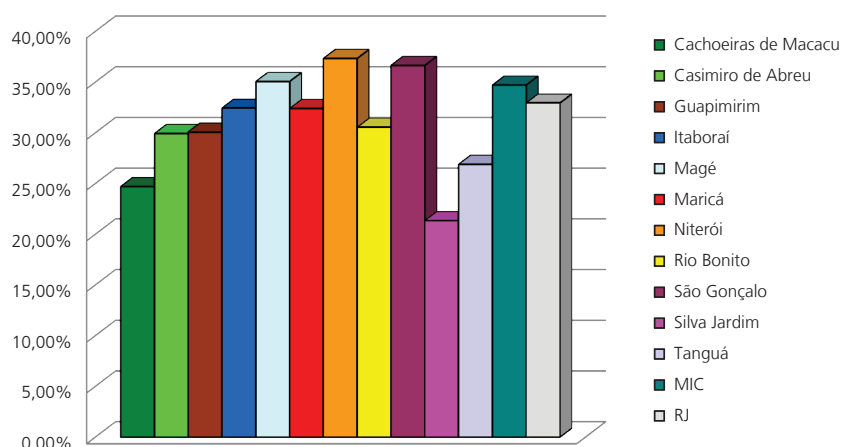
Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, Maricá, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos com Determinada Idade	Indicador
1ª (6 anos)	488	490	99,59%
2ª (7 anos)	504	1.483	33,99%
3ª (8 anos)	566	1.576	35,91%
4ª (9 anos)	538	1.582	34,01%
5ª (10 anos)	587	1.748	33,58%
6ª (11 anos)	534	1.854	28,80%
7ª (12 anos)	560	2.012	27,83%
8ª (13 anos)	534	1.975	27,04%
9ª (14 anos)	471	2.043	23,05%
Total de Alunos	4.782	14.763	32,39%

Fonte: INEP.

Taxa de matrícula líquida – Ensino fundamental, 2011



Fonte: INEP.

Por fazer parte do grupo de cinco municípios que integram a região dos Municípios de Influência do Comperj (MIC) que fazem fronteira direta com o município de Itaboraí, no qual o complexo será instalado, o município de Maricá, em sua esfera de gestão pública, precisa atentar para os mais de 212 mil empregos, diretos e indiretos, propiciados pelo empreendimento petroquímico na região. Tal fenômeno pode alavancar significativas oportunidades para a população do município, desde que esta população tenha sido contemplada com a implementação de políticas públicas que foquem a sua capacitação. Neste sentido, é fundamental que os gestores locais estejam atentos para a estruturação de políticas que contemplem o consequente aumento da demanda escolar, em todos os seus níveis, decorrente do iminente aumento da população municipal.

Com o objetivo de municiar os gestores locais com dados e análises que possam ser úteis para a implementação e estruturação de políticas públicas no âmbito educacional, esta pesquisa busca traçar uma radiografia o mais fiel possível do quadro educacional dos MIC, baseada nos indicadores educacionais antes citados.

Neste boletim, abordaremos os seguintes indicadores: Taxa de Matrícula Escolar Líquida dos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Distorção Idade/Série e Idade/ Conclusão nos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Gênero na Matrícula e Conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio; e Taxa de Matrícula no Ensino Técnico de Nível Médio.

Os primeiros indicadores, que trabalham com dados referentes à matrícula líquida e bruta no município, já nos apontam algumas questões que, assim como outros indicadores a serem vistos à frente, não podem ser ignoradas e nos alertam para importantes aspectos no quadro educacional do município.

No que se refere à taxa de matrícula líquida do ensino fundamental, Maricá apresenta em 2011 uma taxa de 32,39%, ligeiramente inferior à de 2010, que foi de 32,87%, fato este que requer nossa atenção, uma vez que a

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	368	1.100	33,45%
Casimiro de Abreu	419	1.114	37,61%
Guapimirim	361	811	44,51%
Itaboraí	1.861	4.272	43,56%
Magé	2.758	6.073	45,41%
Maricá	1.128	2.507	44,99%
Niterói	6.514	13.793	47,23%
Rio Bonito	593	1316	45,06%
São Gonçalo	7.469	15.968	46,77%
Silva Jardim	94	293	32,08%
Tanguá	120	349	34,38%
MIC	21.685	47.596	45,56%
Rio de Janeiro	142.631	347.131	41,09%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental nos MIC e no estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
Cachoeiras de Macacu	3.052	8.736	34,94%
Casimiro de Abreu	1.481	6.120	24,20%
Guapimirim	2.569	7.371	34,85%
Itaboraí	13.103	38.075	34,41%
Magé	14.255	41.531	34,32%
Maricá	5.465	17.464	31,29%
Niterói	14.885	61.147	24,34%
Rio Bonito	3.131	9.141	34,25%
São Gonçalo	34.953	114.726	30,47%
Silva Jardim	1424	3624	39,29%
Tanguá	2.011	4.830	41,64%
MIC	95.519	312.765	30,54%
Rio de Janeiro	628.912	2.277.460	27,61%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, Maricá, 2011

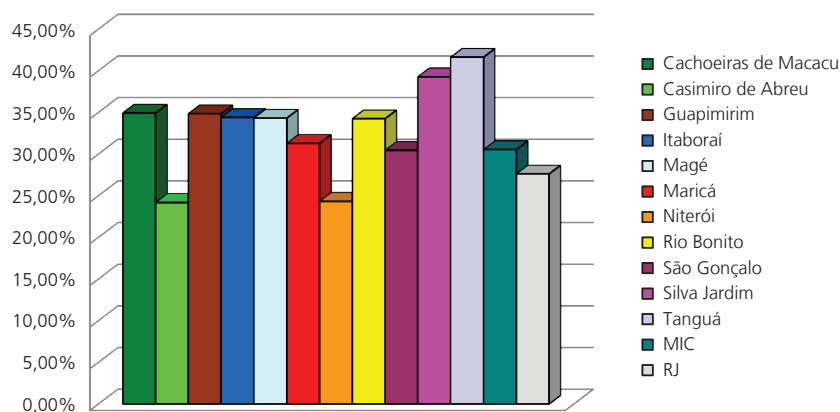
Ano de Escolaridade	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
1ª Ano	165	1.627	10,14%
2ª Ano	473	1.876	25,21%
3ª Ano	570	1.905	29,92%
4ª Ano	666	1.967	33,86%
5ª Ano	661	2.060	32,09%
6ª Ano	913	2.281	40,03%
7ª Ano	783	2.108	37,14%
8ª Ano	722	2.008	35,96%
9ª Ano	512	1.632	31,37%
Total de Alunos	5.465	17.464	31,29%

Fonte: Inep.

taxa de matrícula líquida ideal é de 100%, e que desde o início da década (2000), a taxa no município tem se mantido praticamente constante (32,55%) para os atuais 32,39%. Por ser uma taxa inferior à média dos MIC (34,71%) e à média do Estado do Rio de Janeiro (32,95%), frisamos que tal taxa inspira cuidados especiais na medida em que revela o quociente entre o total de alunos que cursam um determinado ano de escolaridade com a idade vista como adequada a ele com o total de alunos matriculados com aquela idade. Fica, assim, latente a necessidade de ações que promovam a correção deste fluxo escolar que decorre nos fenômenos de retenção escolar, fato este que contribui para a queda da taxa em questão.

Na medida em que a meta de garantir que, até 2012, as crianças de toda a região dos MIC, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental é um foco em questão, torna-se fundamental tais correções de fluxo serem uma prioridade dos gestores educacionais locais por meio das políticas públicas do município.

Taxa de distorção idade/série – Ensino fundamental, 2011



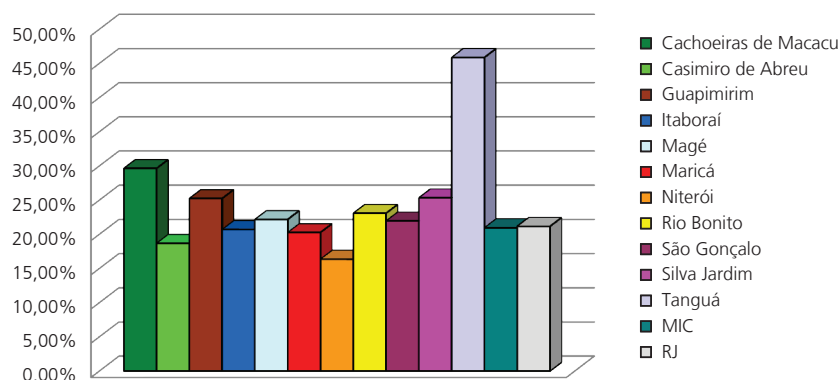
Fonte: INEP.

Taxa distorção idade/conclusão, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Alunos Concluintes com Mais de 15 Anos	Total de Alunos Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	94	317	29,65%
Casimiro de Abreu	75	401	18,70%
Guapimirim	99	392	25,26%
Itaboraí	388	1.873	20,72%
Magé	507	2.285	22,19%
Maricá	171	843	20,28%
Niterói	569	3.474	16,38%
Rio Bonito	112	485	23,09%
São Gonçalo	1.138	5.179	21,97%
Silva Jardim	18	71	25,35%
Tanguá	78	170	45,88%
MIC	3.249	15.490	20,97%
Rio de Janeiro	27.877	131.639	21,18%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/conclusão – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

Já no que concerne ao ensino médio, visualizamos, com base nos dados oficiais, que as políticas públicas no município nesta última década que não têm consolidado uma tendência crescente de melhoria nesta taxa ao longo dos anos. Tal fato se evidencia quando vemos que no ano de 2000 ela era de 47,23%, chegou a atingir o índice de 51,36% em 2004, retrocedendo para 43,56% em 2010 e atingindo o índice de 44,99% no ano de 2011. Nota-se que esta permanece abaixo da média dos MIC para este mesmo ano, que é de 45,56%.

Para que a meta seja alcançada, torna-se insuficiente o aumento do acesso ao ensino médio. Faz-se igualmente necessário equacionar a questão da retenção nesse nível de ensino, pois os níveis de repetência são bastante elevados, diminuindo a possibilidade de os alunos virem a completá-lo.

Ratifica-se a necessidade de atenção à correção do fluxo escolar em todos os níveis de ensino quando observamos as taxas de distorção pesquisadas (idade/série e idade/conclusão). Apesar de as taxas de distorção, num quadro ideal, deverem ser de 0%, o quadro que os dados nos mostram é uma realidade bem diferente desta.

Maricá apresentou no ano de 2011 uma taxa de distorção idade/série no ensino fundamental de 31,29%, valor este acima da média da região dos MIC para o mesmo ano, que foi de 30,54%, bem como da média de todo o Estado, que foi de 27,61%. Ainda no ensino fundamental, em 2011, a taxa de distorção idade/conclusão foi de 20,28%, valor, desta vez, ligeiramente melhor que as médias dos MIC e do Estado, respectivamente de 20,97% e 21,18%.

Estas taxas representam, respectivamente, o total de alunos com idade superior à vista como ideal à série que está cursando e o total de alunos que concluem o ensino fundamental também em idade superior à vista como ideal. São valores merecedores de atenção, uma vez que as distorções representam um movimento contrário e danoso ao atingimento da meta à qual estes indicadores estão associados.

Taxa de distorção idade/série no ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos com Idade Acima da Recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
Cachoeiras de Macacu	937	2.001	46,83%
Casimiro de Abreu	917	2.019	45,42%
Guapimirim	662	1.468	45,10%
Itaboraí	3.230	7.607	42,46%
Magé	3.997	9.821	40,70%
Maricá	1.560	4.192	37,21%
Niterói	6.181	20.472	30,19%
Rio Bonito	812	2.246	36,15%
São Gonçalo	9.164	25.450	36,01%
Silva Jardim	240	539	44,53%
Tanguá	228	581	39,24%
MIC	27.726	76.393	36,29%
Rio de Janeiro	237.192	590.465	40,17%

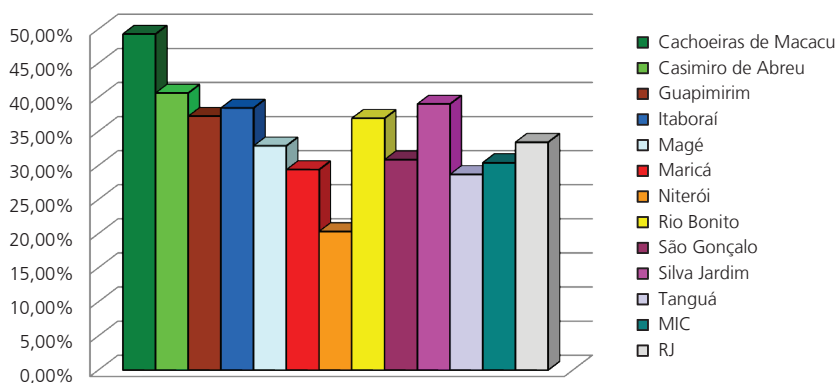
Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/conclusão no ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Alunos Concluintes com Mais de 18 Anos	Total de Alunos Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	208	422	49,29%
Casimiro de Abreu	154	379	40,63%
Guapimirim	89	239	37,24%
Itaboraí	564	1.467	38,45%
Magé	515	1.566	32,89%
Maricá	254	864	29,40%
Niterói	683	3.359	20,33%
Rio Bonito	175	474	36,92%
São Gonçalo	1.473	4.772	30,87%
Silva Jardim	32	82	39,02%
Tanguá	31	108	28,70%
MIC	4.178	13.732	30,43%
Rio de Janeiro	34.801	104.121	33,42%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/conclusão – Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

Frisamos também que Maricá, a exemplo da totalidade dos municípios investigados nesta pesquisa, apresenta taxas de distorção elevadas no 6º ano de escolaridade do ensino fundamental, fenômeno diretamente relacionado ao fato de que este é o primeiro ano do 2º segmento do ensino fundamental, ano de recorrentes dificuldades de adaptabilidade das crianças, em decorrência do surgimento de novas disciplinas, maior quantidade de professores etc. Fica, assim, evidente, embora deva ser combatida com políticas educacionais de correção de fluxo, a maior distorção no primeiro segmento do ensino fundamental em relação ao primeiro segmento.

Quando observamos os dados relativos ao ensino médio, notamos que tais distorções se mantêm, uma vez que no ano 2011 Maricá apresenta uma distorção idade/série de 37,21% (acima da média dos MIC e abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro para o mesmo ano, respectivamente, 36,29% e 40,17%) e uma distorção idade/conclusão de 29,40%, desta vez melhor do que os 30,43% dos MIC e dos 33,42% do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Homens matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	4.457	4.279	104,16%
Casimiro de Abreu	3.088	3.032	101,85%
Guapimirim	3.800	3.571	106,41%
Itaboraí	19.442	18.633	104,34%
Magé	21.261	20.270	104,89%
Maricá	9.107	8.357	108,97%
Niterói	31.174	29.973	104,01%
Rio Bonito	4.594	4.547	101,03%
São Gonçalo	58.191	56.535	102,93%
Silva Jardim	1.848	1.776	104,05%
Tanguá	2.425	2.405	100,83%
MIC	159.387	153.378	103,92%
Rio de Janeiro	1.166.508	1.110.953	105,00%

Fonte: Inep.

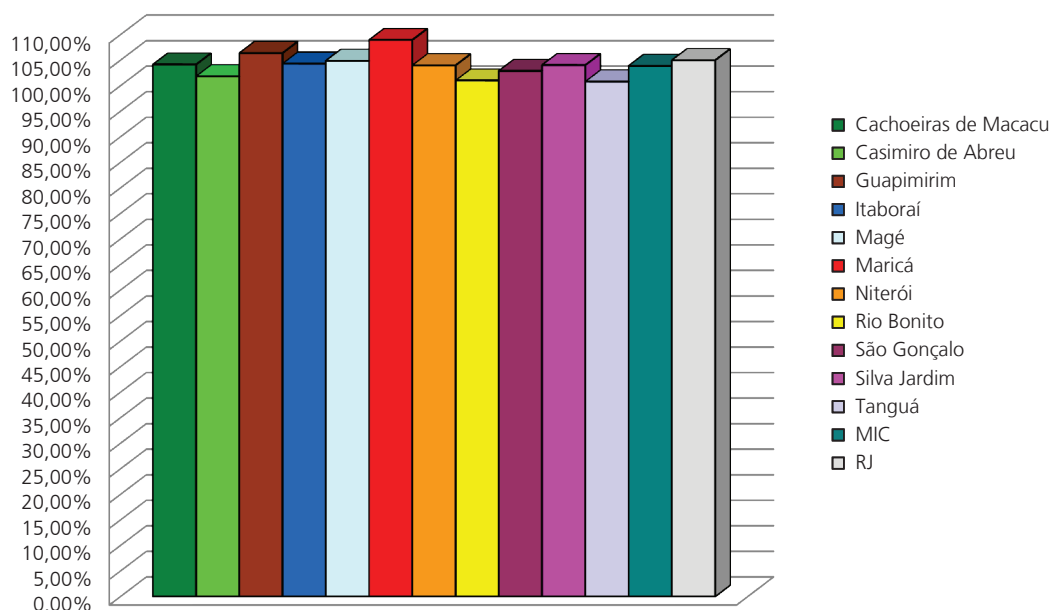
Em relação às taxas de gênero, uma análise integrada relativa aos níveis de ensino fundamental e médio, considerando-se tanto os matriculados quanto os concluintes, evidencia uma inegável dinâmica de exclusão dos jovens do sexo masculino da escolarização. Apesar da quase integral universalização do acesso aos ensinos fundamental e médio, o êxodo desta população masculina dos bancos escolares nos alerta para um importante fenômeno de exclusão que deve ser combatido. Esta tendência se repete em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos MIC.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino médio, Maricá, 2011

Ano de Escolaridade	Homens Matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
1º ano	763	904	84,40%
2º ano	547	751	72,84%
3º ano	461	723	63,76%
Total de Alunos	1.771	2.378	74,47%

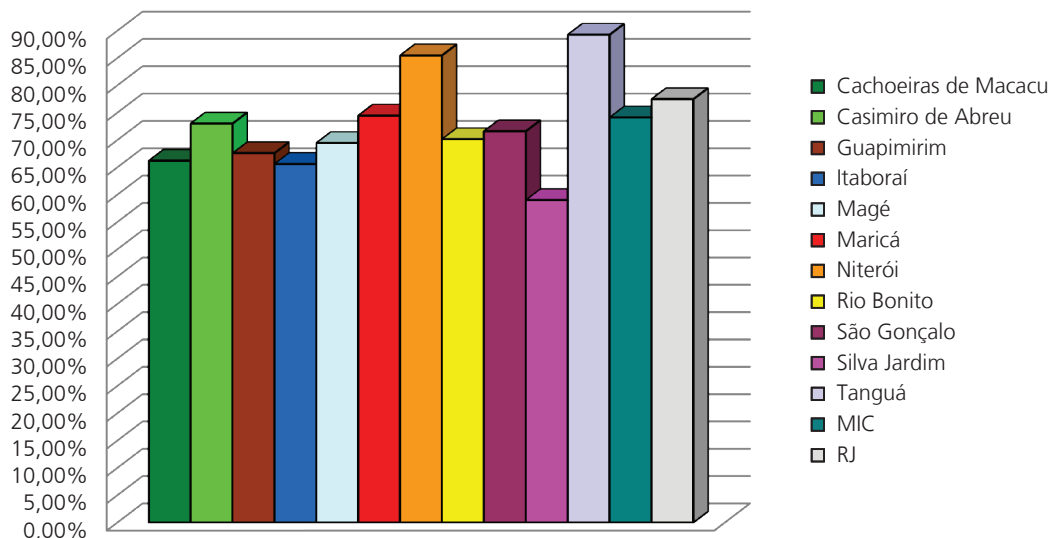
Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas - Ensino médio (2011)



Fonte: Inep.

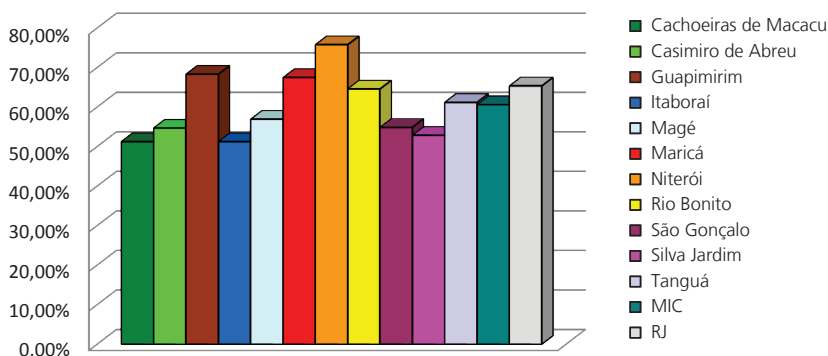
Taxa de gênero dos concluintes do ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	143	279	51,25%
Casimiro de Abreu	134	245	54,69%
Guapimirim	97	142	68,31%
Itaboraí	497	970	51,24%
Magé	568	998	56,91%
Maricá	348	516	67,44%
Niterói	1.448	1.911	75,77%
Rio Bonito	186	288	64,58%
São Gonçalo	1.691	3.081	54,88%
Silva Jardim	28	53	52,83%
Tanguá	41	67	61,19%
MIC	5.181	8.550	60,60%
Rio de Janeiro	41.148	62.973	65,34%

Em Maricá, a taxa de gênero dos matriculados no ensino fundamental, em 2011, foi de 108,97%, enquanto a dos concluintes desta etapa de ensino é de 86,09%. Já no ensino médio, neste mesmo ano, a taxa entre os matriculados foi de 74,47% e entre os concluintes é de 67,44%. Lembrando que as taxas acima de 100% correspondem à uma maior presença de meninos, enquanto as abaixo de 100% indicam a maior incidência de meninas, podemos perceber a expressiva evasão masculina que se desenvolve ao longo dos anos da educação básica e, portanto, a necessária implementação de políticas de manutenção desta população masculina nos bancos escolares.

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes – Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

Por fim, em relação à educação técnica profissional, Maricá é um dos sete municípios do MIC que possuem cursos técnicos em nível médio. No município de Maricá, os cursos de educação profissional, em nível médio, são ministrados pelo poder municipal e pela iniciativa privada. A dependência municipal possui 87,7% das matrículas dispostas em apenas uma única escola que ministra um curso de edificações, desenvol-

vido na modalidade de ensino médio¹³ integrado à formação profissional¹⁴. Na cidade, a iniciativa particular¹⁵ também desenvolve a educação profissional integrada ao ensino médio, apresentando 12,22% das matrículas. Já a dependência estadual não oferece nenhum curso técnico na cidade¹⁶. A ação do governo municipal parece estar relacionada à inexistência de iniciativas por parte dos demais poderes públicos. Torna-

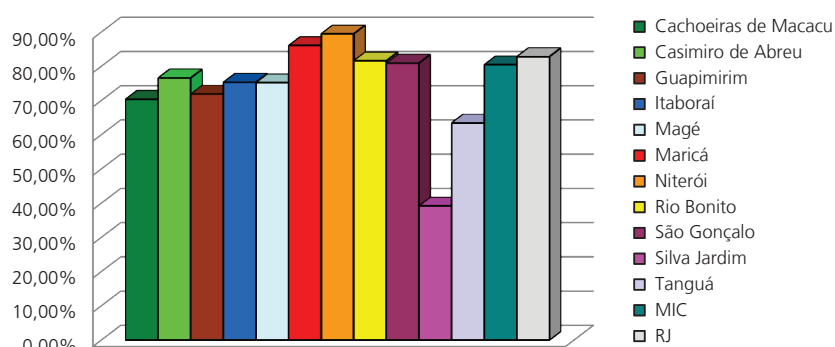
se, assim, absolutamente necessário que o município de Maricá, para dar conta das inúmeras demandas por mão de obra qualificada decorrentes da implantação do Comperj, eleve a oferta e a variedade de cursos técnicos em nível médio, sendo fundamental para isto a implementação de expressivas ações do poder público em todas as suas esferas governamentais.

Taxa de gênero dos concluintes do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	131	186	70,43%
Casimiro de Abreu	174	227	76,65%
Guapimirim	164	228	71,93%
Itaboraí	805	1.068	75,37%
Magé	981	1304	75,23%
Maricá	390	453	86,09%
Niterói	1.641	1.833	89,53%
Rio Bonito	218	267	81,65%
São Gonçalo	2.317	2.862	80,96%
Silva Jardim	20	51	39,22%
Tanguá	66	104	63,46%
MIC	6.907	8.583	80,47%
Rio de Janeiro	59.642	71.997	82,84%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

13 O ensino médio integrado à educação profissional de nível técnico foi regulamentado pelo Decreto no 5.154/04 e pelo Parecer no 39/04-CEB/CNE, que revogou e substituiu o Decreto no 2.208/97. Este decreto possibilitou novamente o contrário da oferta de educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio de forma integrada, num mesmo curso, com currículo próprio que articula as duas formações numa proposta de formação. O Decreto no 5.154/04 revogou o Decreto no 2208/97.

14 Este curso foi estabelecido pelo Parecer CME nº 002/09, que aprovou o plano de curso de ensino médio integrado à educação profissional em edificações a ser implantado no Centro Educacional Municipal Joana Benedicta Rangel.

15 O Instituto Batista de Educação e Cultura oferece um curso técnico de informática.

16 Destaca-se a existência na localidade de um Curso Normal, em nível médio da rede estadual, ofertado pelo Colégio Estadual Elisário Matta.

Taxa de matrícula do ensino técnico de nível médio, Maricá, 2011

Ano	Educação Profissional de Nível Técnico					
	Estadual		Municipal		Privado	
	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)
2003	-	-	-	-	1	245
2004	-	-	-	-	2	57
2005	-	-	-	-	2	75
2006	-	-	-	-	1	37
2007	-	-	-	-	1	21
2008	-	-	-	-	1	88
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-
Total Geral	0	-	0	-	2	-

Fonte: Censo Escolar 2011.

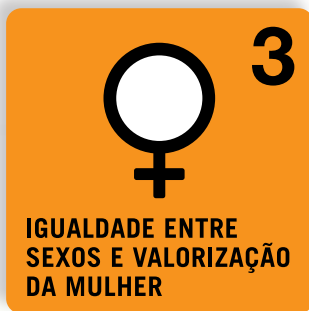
Taxa de matrícula do ensino técnico de nível médio, Maricá, 2011

Ano	Ensino Médio Integrado					
	Estadual		Municipal		Privado	
	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)
2003	-	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	1	170	1	23
2011	-	-	1	194	1	27
Total Geral	0	-	1	-	1	-

Fonte: Censo Escolar 2011.

Embora seja reconhecível, nos últimos anos, o esforço dos gestores da educação no município de Maricá na busca da formulação de políticas públicas que promovam as correções demandadas pelo quadro educacional local e, igualmente digno de elogios, os gradativos progressos no âmbito da educação local, é fato que muito ainda há que se fazer em termos de criação e consolidação de políticas públicas no município para fins de alcance das metas aqui delineadas. Essas metas permitirão ao município de Maricá alcançar o objetivo de desenvolvimento do mi-

lênio que versa sobre a universalização da educação primária e a ampliação da cobertura da educação média e da educação técnica profissional.



ODM3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹⁷; Carlos E. Guanziroli¹⁸; Daniel Ribeiro¹⁹; Claudio Considera²⁰; Leonardo Mulls²¹; Luciano Losekan²²; Marco Vargas²³; Alberto Di Sabbato²⁴

META 4B

Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

¹⁷ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁸ Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁹ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

²⁰ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

²¹ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

²² Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

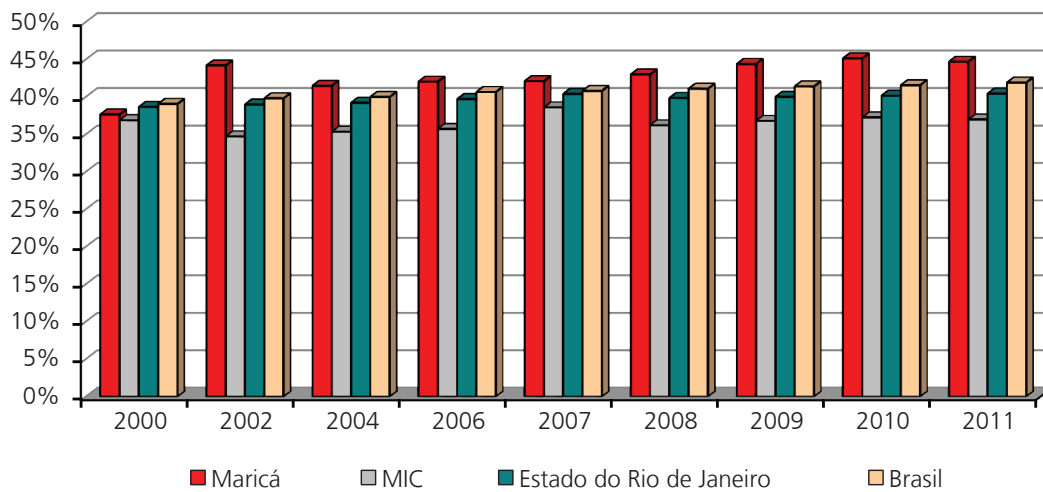
²³ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

²⁴ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 3 tem por objetivo promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, sendo sua principal meta a redução pela metade da defasagem salarial entre gêneros até 2012. Neste sentido, é necessário observar o comportamento do mercado de trabalho para as mulheres e avaliar como a remuneração feminina tem evoluído em comparação com a masculina. Diante disto, nota-se que o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Maricá passou de 37,6% em 2000 para 44,7% em 2011, o que significa um aumento de 7 pontos percentuais. Enquanto isto, no âmbito do conjunto dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro o crescimento observado foi de 0,1 e 1,8 pon-

to percentual neste mesmo período, respectivamente. Com este resultado, a proporção de mulheres inseridas no mercado formal de trabalho no município de Maricá ficou, em 2011, acima do registrado pelo conjunto dos MIC (36,9%), pelo Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e pelo Brasil (41,9%). Em comparação com os demais municípios que compõem a área de influência direta do Comperj, verifica-se que Maricá se posicionou em primeiro lugar em termos de maior participação feminina no mercado de trabalho formal no ano de 2011.

Participação feminina no mercado formal de trabalho do município de Maricá, da região dos MIC, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, 2000-2011



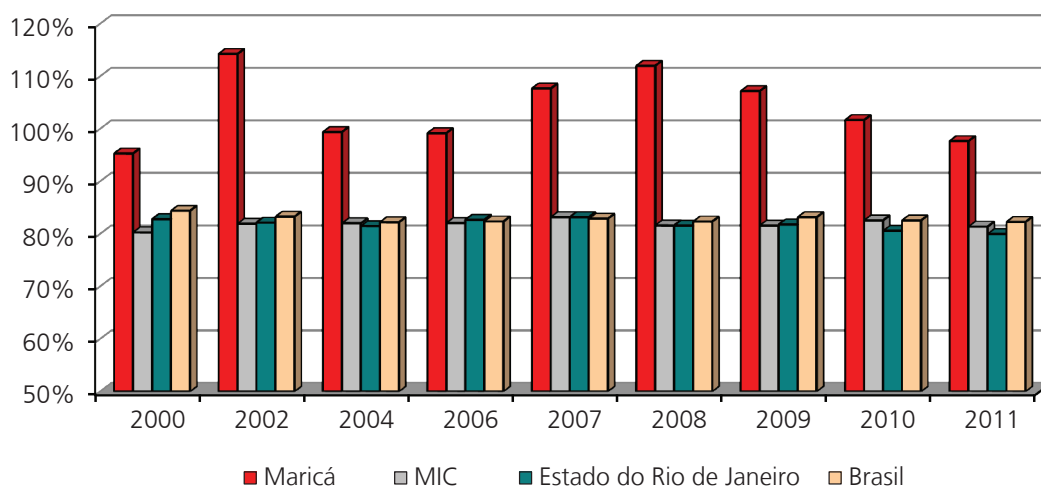
Fonte: Rais (MTE).

O diferencial de remuneração feminina, cujo objetivo é apresentar a relação entre as remunerações masculinas e femininas para um mesmo tipo de ocupação, mostra que no município de Maricá, no ano de 2000, a remuneração média feminina foi equivalente a 95,3% da remuneração média masculina para um mesmo tipo de ocupação. Isto é, uma defasagem salarial de 4,7% nas remunerações médias femininas comparativamente às masculinas. Já no âmbito dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, observamos defasagens salariais entre a mão de obra feminina e masculina mais acentuadas, tendo em vista que as respectivas remunerações médias femininas foram equivalentes a 80,3%, 82,8% e 84,4%

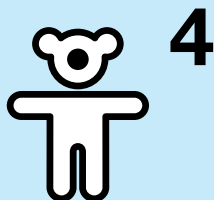
das remunerações médias masculinas. Em 2011, verifica-se que o diferencial de remuneração feminina em Maricá foi 97,7%, enquanto que no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os resultados obtidos foram de 81,4%, 80% e 82,3%. Assim, nota-se que a remuneração média feminina no município analisado apresenta-se em patamar relativamente próximo à masculina comparativamente com as demais regiões em análise (conjunto dos MIC, Estado do Rio de Janeiro e Brasil). Em relação aos demais municípios da área de influência do Comperj, constata-se que Maricá ocupou, em 2011, a segunda posição em termos de menor defasagem salarial entre mulheres e homens. Cabe ainda destacar que, de

acordo com a meta de reduzir a defasagem salarial entre gêneros pela metade até 2012, o município de Maricá atingiu o resultado esperado com um hiato de renda entre homens e mulheres de no máximo 2,3%.

Diferencial de remuneração feminina (em %) entre 2000 e 2011



Fonte: RAIS (MTE).



**REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL**

ODM4

REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Sandra Costa Fonseca²⁵; Hélia Kawa²⁶; Márcia Lait Morse²⁷; Edna Massae Yokoo²⁸

META 5A Reduzir em dois terços, entre 2000 e 2012, a mortalidade de crianças menores de cinco anos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos e mortalidade proporcional entre menores de cinco anos, segundo grupos de causas
- Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de cinco anos

²⁵ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF)

²⁶ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁷ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁸ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre os indicadores do ODM 4, neste boletim se destacam os referentes à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, e à proporção de internação por doenças respiratórias em menores de cinco anos. De modo geral, estes indicadores expressam o desenvolvimento socioeconômico, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde da criança, assim como podem ser marcadores de mudanças ambientais.

Os óbitos em menores de um ano representam mais de 85% do total da mortalidade de crianças menores de cinco anos no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando sua importância como indicador de saúde infantil.

Os dados foram retirados dos Sistemas de Informação em Saúde do Datasus: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e

Sistema de Informação de Internações Hospitalares (SIH-SUS). Deve ser feita uma ressalva em relação aos dados mais recentes (ano de 2011), que podem ainda sofrer correções. No entanto, acredita-se que haverá pouco impacto nos valores dos indicadores.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), valores inferiores a 20 óbitos infantis por mil nascidos vivos (20‰NV) são considerados baixos.

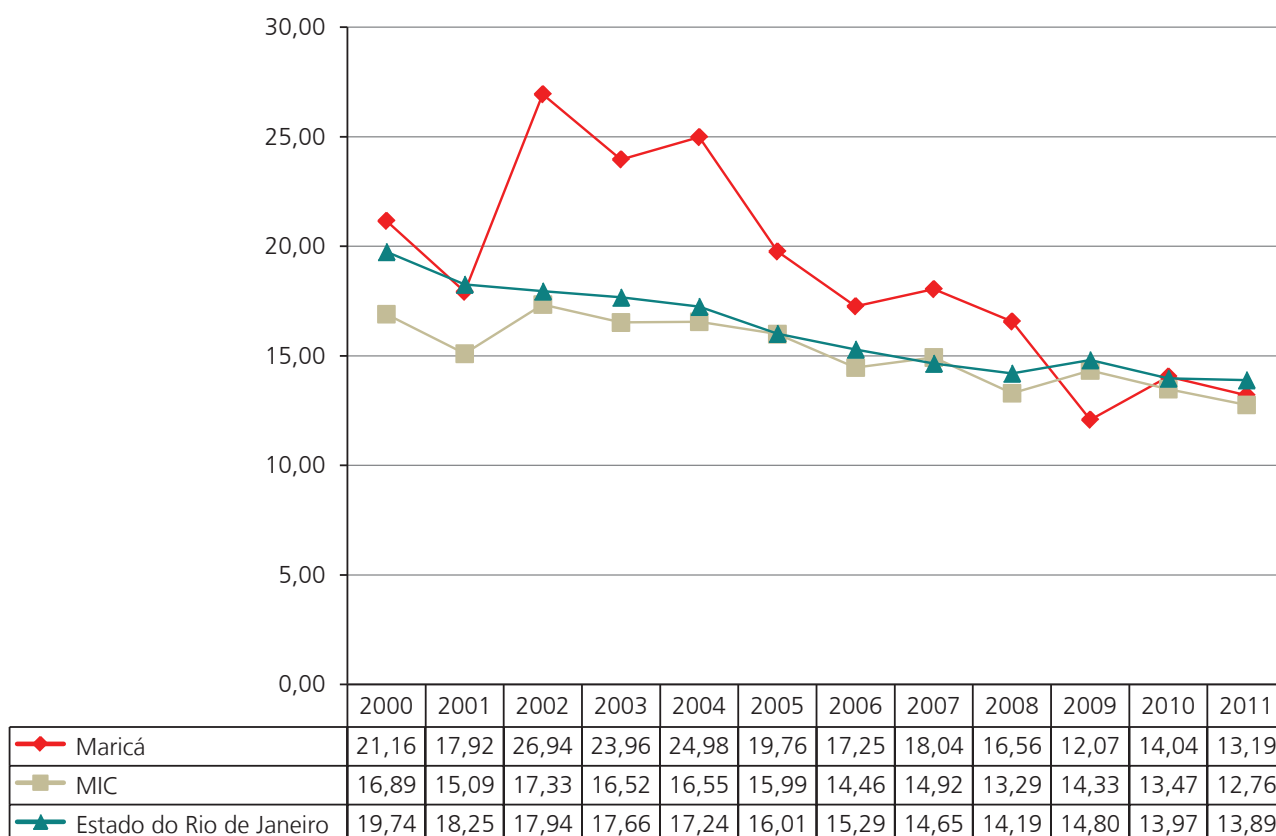
No município de Maricá, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no ano de 2011 foi baixa (13,2‰NV), ficando na média do conjunto de Municípios Influenciados pelo Comperj (MIC), que foi 12,7‰NV e do Estado do Rio de Janeiro (13,9‰NV).

O município que começou o período com taxas acima de 20‰NV teve tendência temporal de queda, estatisticamente significativa, a partir de 2003. A velocidade anual de redução foi, entre 2003 e 2011, de 8,9%, a maior observada nos MIC.

Em 2011, o componente neonatal foi responsável por cerca de 50% da mortalidade infantil em Maricá, sendo a taxa de mortalidade neonatal de 6,2‰NV.

Quanto às causas básicas de óbito, as afecções perinatais e as malformações congênitas foram responsáveis por 47% e 26%, respectivamente, no ano de 2011.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – Série temporal 2000 a 2011– Maricá, MIC e Rio de Janeiro



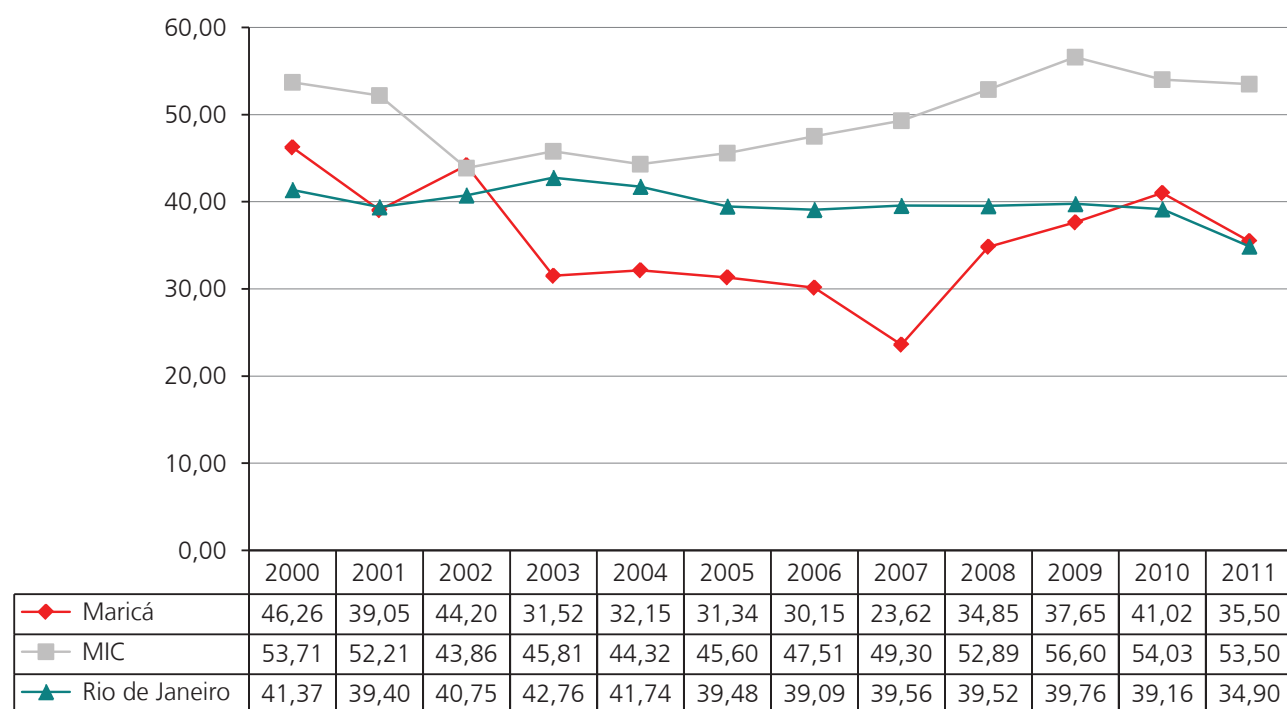
Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

O indicador percentual de internações por infecção respiratória foi aferido através do total de internações em menores de cinco anos de idade em relação ao total de internações por todas as causas, neste mesmo grupo etário para cada ano da série histórica.

No Brasil, segundo o Datasus, este percentual está em torno de 38%. Em grupos mais vulneráveis, pode ser responsável por 50% das internações. O município de Maricá apresentou percentual abaixo ou próximo de 40% no período de 2000 a 2011. Estes valores ficaram inferiores aos do conjunto dos MIC e dos valores estaduais (a partir de 2002).

Considerando que as doenças respiratórias são classificadas como condições sensíveis à atenção primária no Brasil, as intervenções devem se direcionar para este tipo de atendimento, não deixando de contextualizar as questões ambientais.

Internações (%) por doenças respiratórias em menores de cinco anos – Série temporal 2000 a 2011 – Maricá, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.



5

MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

ODM5

MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Sandra Costa Fonseca²⁹; Hélia Kawa³⁰; Márcia Lait Morse³¹; Edna Massae Yokoo³²

META 6A Reduzir em três quartos, entre 2000 e 2012, a taxa de mortalidade materna na região dos MIC.

Indicadores:

- Razão de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas
- Proporção de tipos de partos (cesárea) assistidos por profissionais de saúde
- Percentual de pré-natal adequado: mulheres com sete ou mais consultas

²⁹ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁰ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³¹ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³² Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dentre os indicadores do ODM 5, neste boletim foram escolhidos dois para serem apresentados: a Razão de Mortalidade Materna (RMM), óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, e a proporção de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal (pré-natal adequado).

A mortalidade materna é um excelente indicador de saúde, relacionado não somente às mulheres, mas ao conjunto da população, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde. RMM elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante a gravidez e o puerpério, contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico de uma região.

O pré-natal deve ser avaliado quanto à quantidade de consultas – o ideal e recomendado pelo Ministério da Saúde é de sete ou mais consultas – e quanto à qualidade, de acordo com os procedimentos realizados.

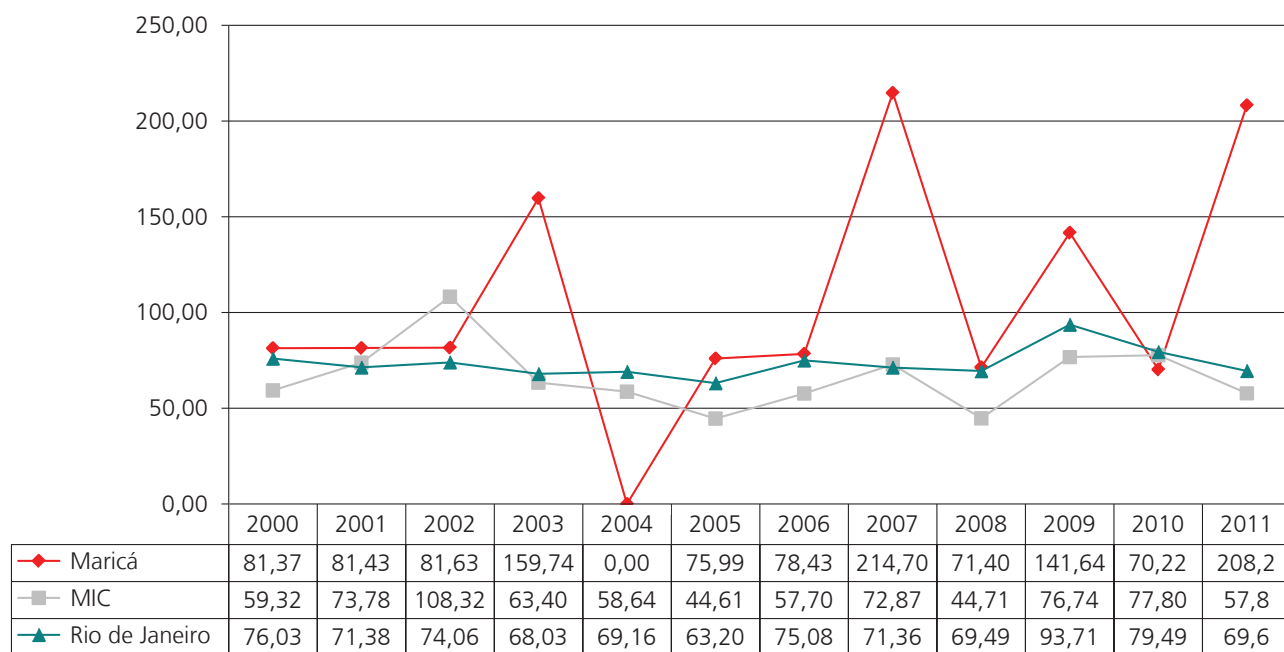
Para o município de Maricá, no período 2000-2011, a razão de mortalidade materna (RMM) manteve um padrão irregular, mas sempre com valores elevados e sem tendência de queda.

Na maior parte do tempo, a RMM ficou acima da média do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC) e do Rio de Janeiro.

Considerando o período globalmente, a RMM de Maricá foi elevada, com 17 óbitos maternos para 15.885 nascidos vivos, o que resulta em uma RMM de 107,0. Este valor foi um dos mais altos do MIC e está muito além do tolerável pela OMS, em torno de 6 a 20 por 100 mil nascidos vivos.

No período estudado, as causas obstétricas diretas contribuíram com 53% dos óbitos maternos.

Razão de Mortalidade Materna – Série temporal 2000-2011 – Maricá, MIC, Rio de Janeiro



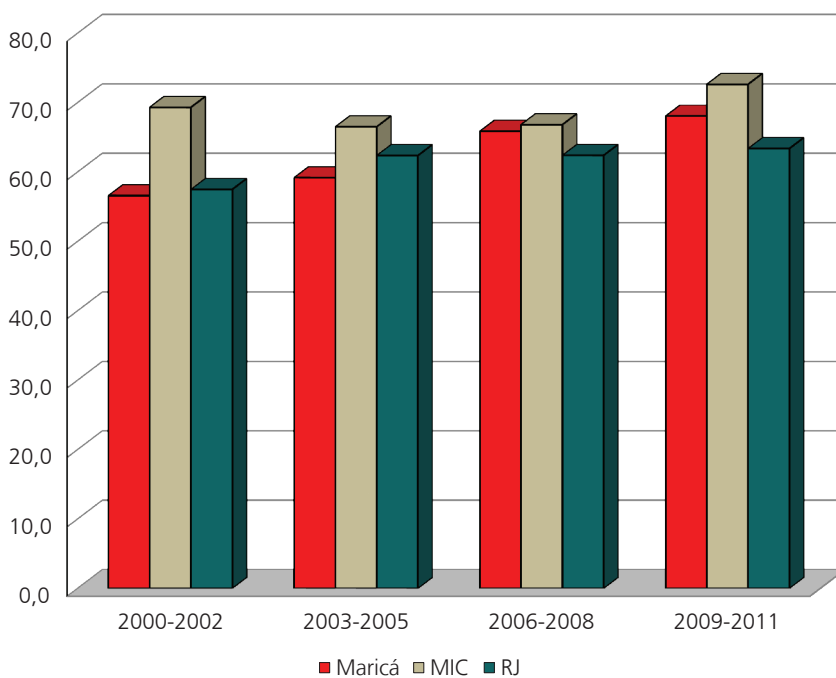
Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

Para o município de Maricá, analisando os triênios de 2000-2011, o percentual de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal mostrou aumento progressivo, atingindo 68% no último triênio.

Nos últimos dois triênios, Maricá ainda ficou abaixo da média do conjunto dos MIC, mas superou a média do Estado do Rio de Janeiro.

Este percentual ainda pode ser aumentado, para que se obtenham resultados mais favoráveis nos desfechos maternos e perinatais.

Percentual de mulheres com pré-natal adequado – triênios de 2000 a 2011 – Maricá, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: Sinasc/Datasus.

**6****COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS**

ODM6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Hélia Kawa³³; Andréa Sobral de Almeida³⁴; Sandra Costa Fonseca³⁵; Waldemir Paixão Vargas³⁶; Edna Massae Yokoo³⁷

META 7A Até 2012, reduzir a incidência de tuberculose, na região dos MIC.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose

META 7B Até 2012 reduzir a incidência de AIDS

Indicador:

- Taxa de incidência de AIDS

META 8A Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue
- Taxa de incidência de hepatite A
- Taxa de detecção de hanseníase

³³ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁴ Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁵ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁶ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁷ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose (Meta 7A) e à de dengue (Meta 8A) nos municípios de influência do Comperj (MIC).

No Brasil, são registrados aproximadamente 80 mil casos novos de tuberculose por ano e cerca de cinco a seis mil óbitos. A enfermidade se constitui na nona causa de internações por doenças infecciosas em todo o território nacional, ocupando o sétimo lugar em gastos com internação do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças infecciosas, sendo ainda a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Além disso, o surgimento da epidemia de AIDS e o aparecimento de focos de tuberculose multirresistente agravam ainda mais o problema da doença no mundo. No entanto, apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos. É uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, e sua ocorrência nas populações tem sido atribuída à

persistência de desnutrição e da pobreza (SABROZA, 2001). Todavia, o Estado do Rio de Janeiro, cujo PIB per capita é classificado em segundo lugar e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em quinto, considerando as demais Unidades Federadas, apresenta uma das situações mais preocupantes relacionadas à tuberculose no país, sendo notificados em torno de 13 mil casos novos, com cerca de mil mortes, a cada ano.

O município de Maricá apresentou grande variabilidade na taxa de incidência de tuberculose no período estudado (2000-2011), com médias acima dos 50 casos por 100 mil habitantes.

De 2000 a 2003 observa-se uma tendência ascendente nas taxas de incidência, variando de 65,16 a 94,14 casos por 100 mil habitantes. A maior incidência da série estudada foi registrada em 2007 (96,66 casos por 100 mil habitantes), quando a taxa supera aquela do Estado (90,32 por 100 mil habitantes) e do conjunto dos municípios da área de influência do Comperj (MIC) (75,54 por 100 mil habitantes). Nesse ano, foram registrados 99 casos de tuberculose no município, representando cerca de 6% das notificações dos MIC (1.717 casos).

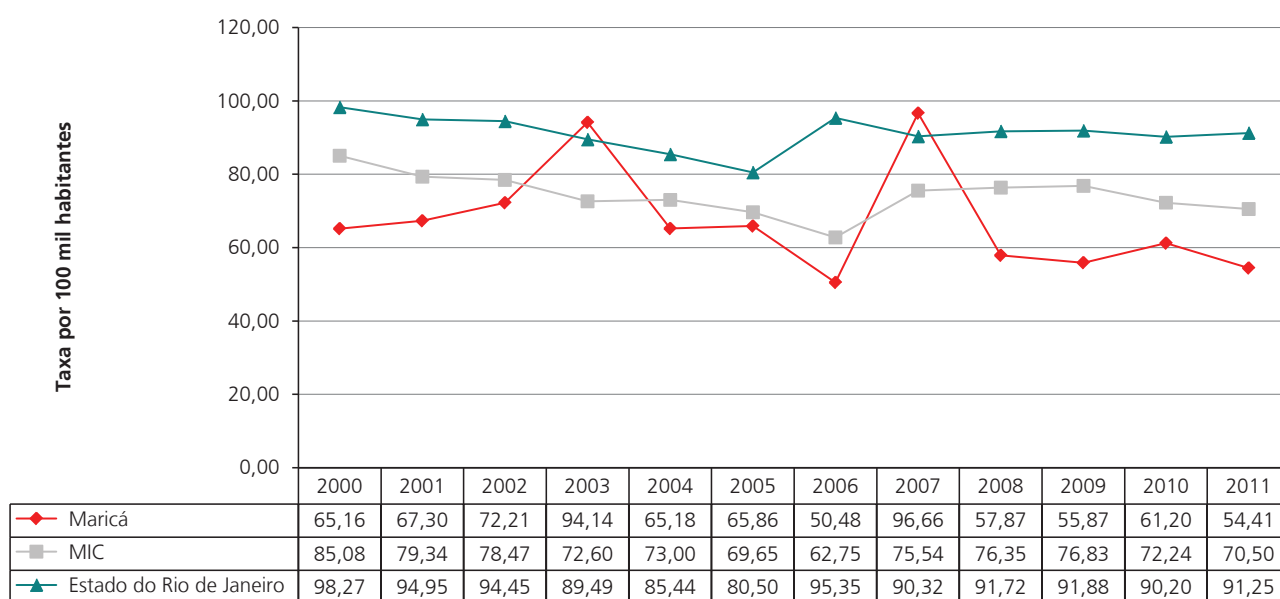
A partir de 2008 as taxas de incidência caem no município de Maricá para quantitativos inferiores aos registrados nos MIC e no Estado e um pouco abaixo do que foi verificado no início do intervalo analisado, em 2000.

Ressalta-se também que houve grande redução na proporção de abandono do tratamento da doença no município de Maricá, variando de 17,39% em 2009 para 5,48% em 2011, embora tenha ficado ainda com valores um pouco acima do considerado aceitável (5%), conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Uma das metas do ODM 6 até 2012 é reduzir a incidência da tuberculose. Pode-se observar que no município de Maricá as taxas diminuíram nos últimos anos estudados, mas ainda persiste a necessidade de manter as atividades de vigilância e de controle da endemia para atingir quantitativos ainda mais baixos e evitar um recrudescimento da doença no município.

Deve ser destacado que a elevada densidade populacional, a aglomeração em espaços confinados e a circulação das pessoas nos espaços urbanos, em decorrência de suas estratégias de sobrevivência, aumentam a taxa de con-

Taxa de incidência de tuberculose – Maricá



Fonte: Sinan/Datasus.

tato social e, portanto, a oportunidade de novas infecções por tuberculose.

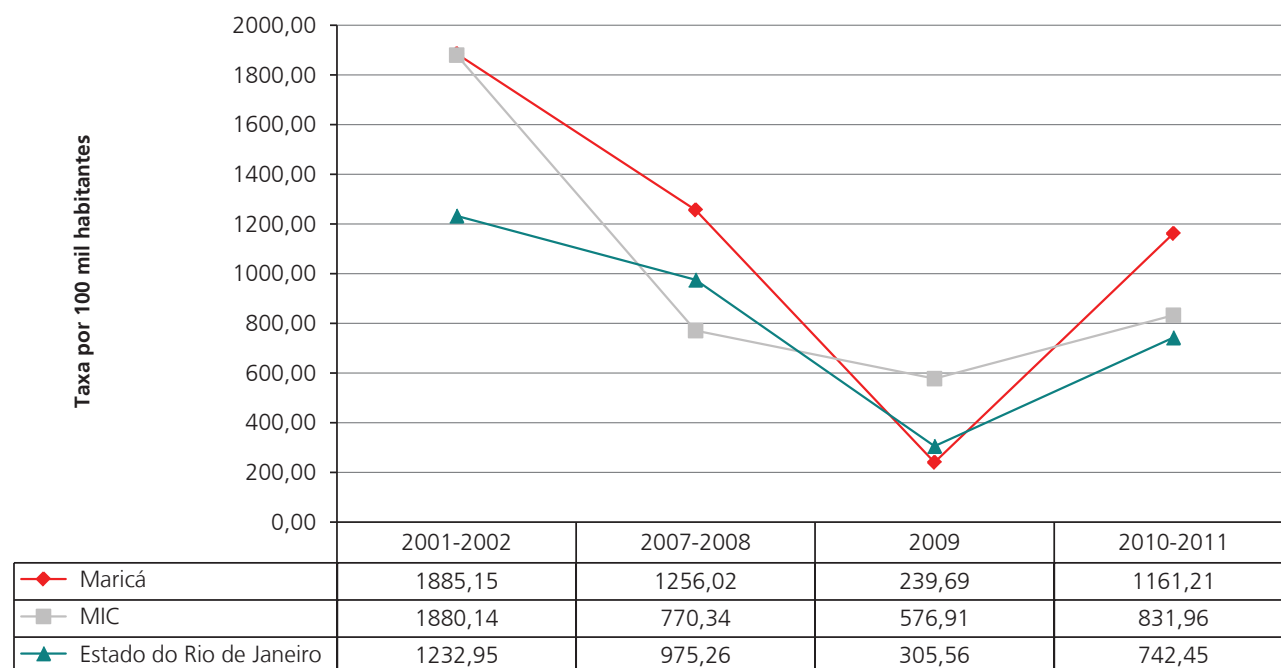
Estima-se que 2,5 bilhões de pessoas vivam em mais de 100 países endêmicos e em áreas onde o vírus da dengue pode ser transmitido. A dengue é considerada a mais importante doença viral veiculada por mosquitos no mundo (WHO, 2011; CDC, 2011). Destaca-se que vários fatores podem produzir cenários com condições epidemiológicas favoráveis à transmissão da doença, como, por exemplo, o aumento populacional, estilos de vida que estas populações adquirem e a falta de infraestrutura urbana básica adequada (BARRETO e TEIXEIRA, 2008). O Estado do Rio de Janeiro tem sido cenário para diversas epidemias ocorridas na região Sudeste, como a de 1986, quando circulou o sorotipo DEN-1. Este provocou uma epidemia de febre clássica, que se iniciou em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, atingindo, posteriormente, cidades de todas as regiões do Estado (NOGUEIRA et al., 1999). Em abril de 1990 foi isolado também o sorotipo DEN-2, no município de Nova

Iguaçu, cuja circulação foi confirmada com a ocorrência de casos de dengue hemorrágico, caracterizando uma nova epidemia. Em 2000 foi detectada a presença do sorotipo DEN-3 no Estado do Rio de Janeiro, resultando, em 2002, em uma das maiores epidemias já registradas no Estado (SCHATZMAYR, 2000; NOGUEIRA et al., 2001, 2002). No início de 2008 o Estado do Rio de Janeiro é novamente acometido por uma grande epidemia de dengue causada pela reintrodução do sorotipo DEN-2, sendo registrados cerca de 256 mil casos novos da doença. Em 2009, a dengue permanece no Estado, e o município de Itaboraí notifica um óbito da doença logo no início do ano. Nos anos de 2010-2011 ocorre a segunda reintrodução do sorotipo DEN-1.

Tendo em vista as características do processo endêmico-epidêmico da dengue na região estudada, foram analisadas duas circunstâncias distintas: os períodos epidêmicos (2001-2002; 2007-2008; 2009; 2010-2011) e os períodos interepidêmicos (2003; 2004; 2005; 2006).

No gráfico são apresentadas as taxas de incidências médias de dengue nos períodos epidêmicos em Maricá, nos municípios de influência do Comperj (MIC) e no Estado do Rio de Janeiro. Observa-se que, desde a primeira epidemia ocorrida em 2001-2002, o município de Maricá teve altas taxas de incidência da doença, exceto em 2009. Destaca-se ainda que uma das metas da ODM 6 até 2012 é reduzir a incidência de doenças importantes como a dengue. Considerando os dados de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj, observa-se a importância da doença no município de Maricá, onde a maior incidência registrada foi no período de 2001-2002 (1.885,15 casos por 100 mil habitantes), sendo esta bem superior à média do MIC (1.880,14 casos por 100 mil habitantes) e também do Estado (1.232,95 casos por 100 mil habitantes). Nos anos epidêmicos, com exceção de 2009, as taxas de incidência observadas no município de Maricá ficaram acima das registradas nos MIC e no Estado.

Taxa de incidência* de dengue nos anos epidêmicos. Município de Maricá, MIC** e Estado do Rio de Janeiro



* Por 100 mil habitantes.

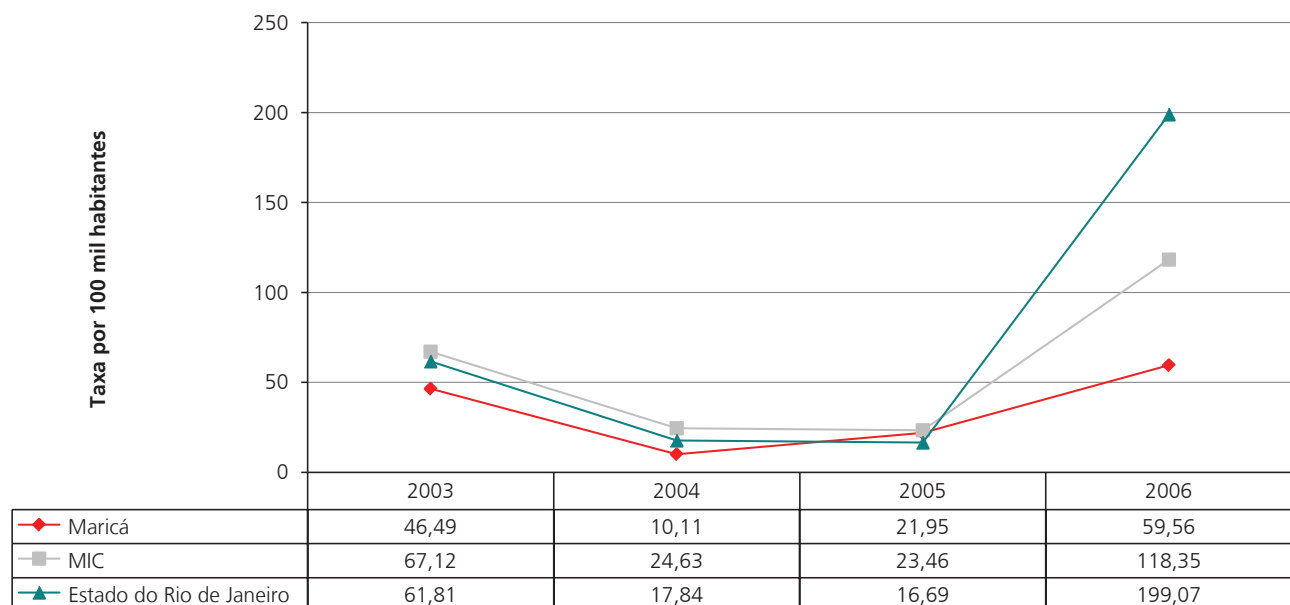
** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.

Em relação aos anos interepidêmicos, observa-se que entre 2003 e 2005 ocorreu uma diminuição das taxas de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj, em grande parte, devido a um possível esgotamento de suscetíveis. Em 2006, as taxas de incidência dos MIC se elevam, embora com valores abaixo da média estadual, respectivamente, 118,35 casos por 100 mil habitantes e 199,07 casos por 100 mil habitantes. No município de Maricá também se nota um incremento da incidência em 2006 (59,56 casos por 100 mil habitantes), quando comparado aos anos anteriores, indicando a vulnerabilidade e a receptividade do município à endemia.

Destaca-se que nos períodos interepidêmicos é fundamental a atuação dos gestores municipais no sentido de incorporar intensamente as ações de controle físico e biológico dos vetores transmissores da doença, especialmente daquelas que devem ser implementadas com a participação da população local, assumindo assim um papel importante na estratégia de controle da dengue.

Taxa de incidência* de dengue nos anos interepidêmicos. Município de Maricá, MIC** e Estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2006



* Por 100.000 habitantes.

** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.



**QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE**

ODM7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Meta 9: Eduardo Manuel Rosa Bulhões³⁸; Raul Sanchez Vicens³⁹; Guilherme Borges Fernandez⁴⁰

Meta 10: Eloisa Helena Barcelos Freire⁴¹; Regina Bienenstein⁴²; Nathur Duarte Pereira Junior⁴³, Thyago Araújo⁴⁴

Meta 11: Regina Bienenstein; Daniela Amaral⁴⁵; Natália Coelho de Oliveira⁴⁶; Nayana Corrêa Bonamichi⁴⁷; Julia Vilela Caminha⁴⁸; Raama Crevelande⁴⁹; Gabriel de Azevedo Franco⁵⁰; Tiago Cargnin Gonçalves⁵¹

Projeções estatísticas: Cássio Freitas Pereira de Almeida⁵²

Imagens: Rafael Drumond⁵³; Rafaela Carvalho⁵⁴; Karinna de Aquino Paz⁵⁵; Felipe de Souza Gonçalves⁵⁶

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais, na região dos MIC.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10 Reduzir em 20%, até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos MIC
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos MIC

38 Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense (UFF).

39 Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

40 Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

41 Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Engenharia Civil.

42 Professora Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

43 Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

44 Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

45 Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da UFF e Assistente de Pesquisa no Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos para a América Latina e o Caribe - ONU-HABITAT, Mestre em Gestão e Planejamento Urbano pela Universidade Federal Fluminense, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF).

46 Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

47 Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

48 Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

49 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF).

50 Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

51 Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

52 Pesquisador de Informações Geográficas e Estatísticas/IBGE, Professor do Curso de Bacharelado em Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

53 Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

54 Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

55 Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

56 Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

META 11 Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram na região dos MIC

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios regularizados em assentamentos precários em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, na região dos MIC
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas) em relação ao total de assentamentos precários, por município na região dos MIC
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município na região dos MIC

A topografia no município de Maricá está, diferentemente dos outros municípios de influência do Comperj, associada às variações do nível do mar, que condicionaram extensas planícies costeiras e formações lagunares. Nestas áreas a vegetação pioneira de restinga predomina. Já as áreas mais elevadas de Maricá estão associadas a maciços costeiros onde se desenvolve a Mata Atlântica. De acordo com o Mapa observa-se que a vegetação florestal se encontra fragmentada, enquanto as formações pioneiras possuem forte representação no centro da área do município no contato com o oceano.

Em relação ao índice, foi verificado um decréscimo de 4% deste valor entre 2005 e 2011.

Esta queda no percentual de cobertura florestal entre 2008 e 2011 teve como componente fundamental a perda de áreas de vegetação pioneira, provavelmente em função do crescimento urbano observado sobre estas áreas, que foi de aproximadamente 33km² entre 2005 e 2011.

Quanto ao uso e cobertura do solo na área em questão, a maior porcenta-

Varição em km² dos usos determinados no município de Maricá

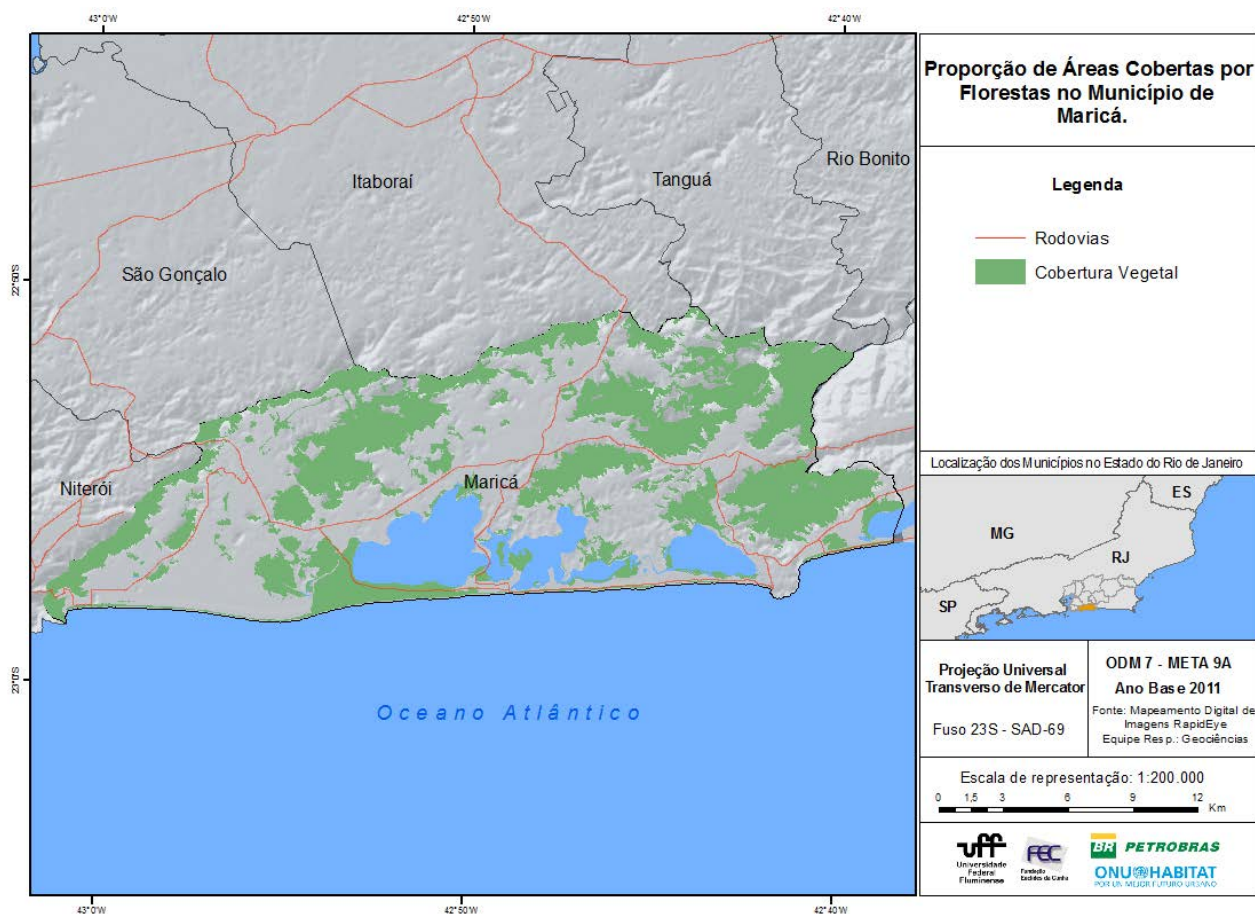
Classes de Uso	2005	2008	2009	2010	2011
Culturas diversas	0,15	0,13	0,72	0,72	0,71
Florestas	122,34	121,76	110,57	109,90	109,14
Formações pioneiras	25,77	21,55	25,82	25,65	25,61
Gramíneas ou coberturas herbáceas	87,45	82,94	88,07	88,72	87,94
Refúgios vegetacionais ou comunidades relíquias	3,78	2,21	2,54	2,49	2,56
Áreas urbanas	69,96	89,42	98,10	97,72	97,65

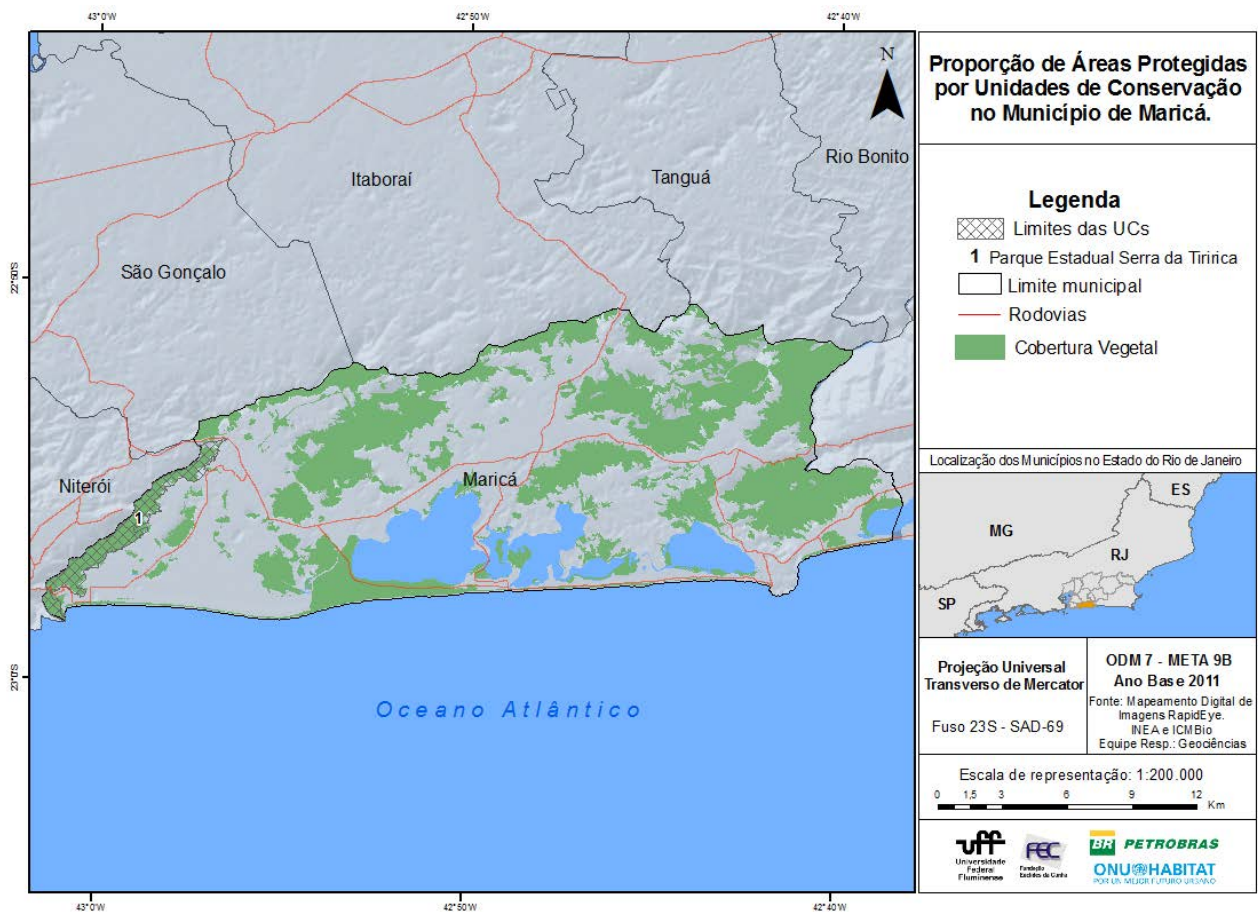
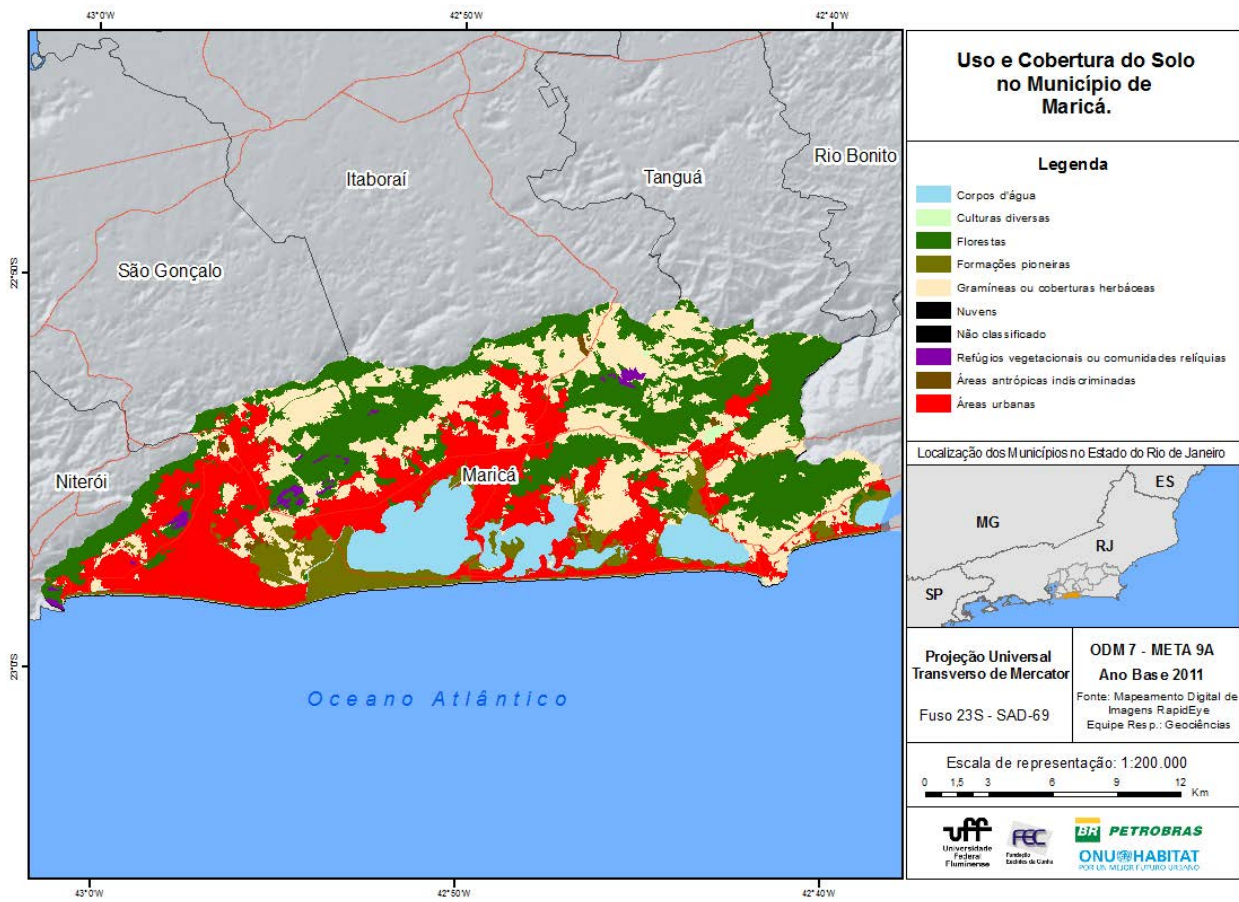
Percentual de áreas naturais remanescentes no município de Maricá

Ano	Índice das Áreas Naturais em Maricá
2005	42%
2008	40%
2009	38%
2010	38%
2011	38%

gem continuou sendo a da classe florestas (30,22%), seguida pela classe áreas urbanas (27,04%), um percentual com tendências de elevação, e depois pela classe gramíneas ou coberturas herbáceas (24,35%). A vegetação de restinga aparece na classe formações pioneiras

com o percentual de 7,09%, cabendo ressaltar que esta última é a área preferencial e historicamente suprimida em função do crescimento das áreas urbanas, sobretudo desde a construção da ponte que liga a cidade do Rio de Janeiro a Niterói.



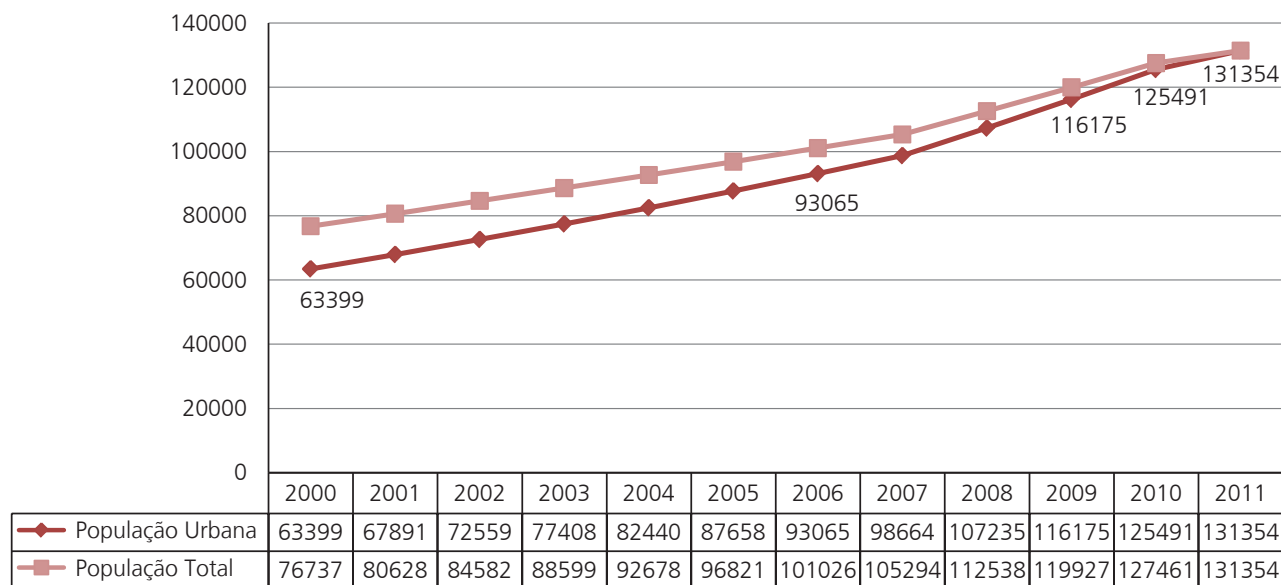


Já em relação às áreas protegidas, o município de Maricá possuía 2,6% de sua área protegida em Unidade de Conservação de Proteção Integral em 2000. Esta área corresponde à parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca, na divisa com o município de Niterói.

Este parque tem atraído uma atenção especial devido à importância para preservação da fauna e da flora característicos da Floresta Ombrófila Densa e à pressão a que ela está submetida por situar-se em uma região de crescimento urbano acelerado e forte es-

peculação imobiliária. Não houve incremento da área protegida até o ano de 2011, resultando na manutenção do valor do indicador em 2,6%. O mapa mostra a localização desta unidade de conservação na extremidade oeste do município.

População total e urbana



Fonte: Censo IBGE, projeção e estimativa TCU.

Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Entre 2000 e 2006, linha-base adotada no estudo para a análise dos possíveis impactos do Comperj na região, a população total do município de Maricá teve um incremento de 31,65%, tendo passado de 76.737 habitantes, no ano de 2000, para 101.026 habitantes no ano de 2006, ano do anúncio

do Comperj. Em 2011, aumentou para 131.354 habitantes, havendo assim um crescimento de 71,17% no período 2000-2011.

Em 2000, a população urbana do município era de 63.399 habitantes, representando 82,62% da população total. Já em 2011, a população do mu-

nicipio passou a ser totalmente urbana, o que representa um crescimento de 107,19% de sua população urbana em 11 anos. Entre os anos de 2000 e 2006 a população urbana aumentou 46,79%, e nos anos posteriores (2006-2011), houve um crescimento de 41,14%.

CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL

A Meta 10A analisa a situação relativa ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos. Além da abrangência da cobertura, examinam-se a qualidade desses serviços e as principais características de sua gestão.

Com relação ao número de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água, entre 2000 e 2011, o município apresentou um aumento de 105,22%. No entanto, o município de Maricá apresentava, em 2011, o segundo menor índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água, 22,51%, bem

inferior ao índice do conjunto dos MIC (62,23% em 2010) e distante de alcançar sua meta de 40,61%. Essa situação evidencia que, apesar da extensão do serviço, ela ainda está defasada em relação ao crescimento urbano observado.

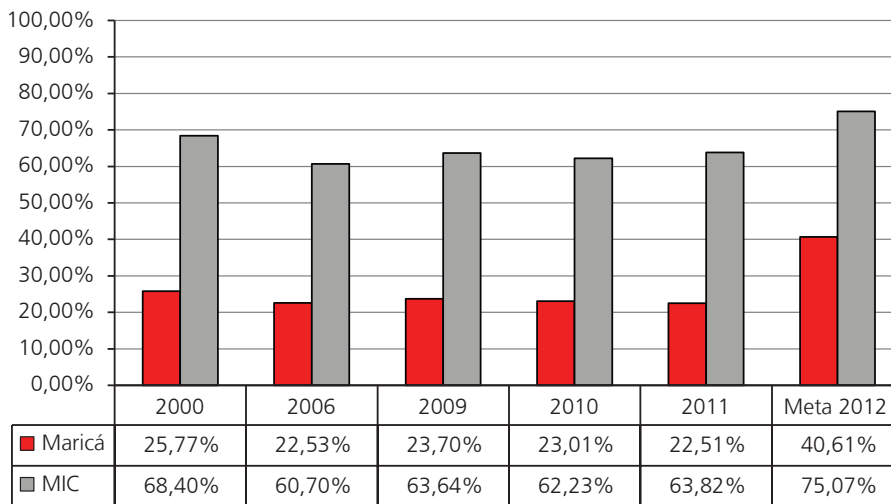
Em Maricá a gestão do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto é executada pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae).

Esse sistema de abastecimento é formado a partir da captação na Bacia do Rio Ubatiba. A água é aduzida para a Estação de Tratamento de Água (ETA) localizada no bairro do Centro, e sua vazão de saída é de 100 litros/s, atenden-

do por rede de distribuição os bairros do Centro e Flamengo. Essa ETA é uma estação que executa os principais processos de tratamento. Frequentemente, esta bacia sofre com problema de sazonalidade, pois, no período de estiagem, a vazão é reduzida em 30 litros/s, prejudicando a operacionalidade do sistema. Como o município de Maricá não tem disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas que atravessam seu domínio, dependerá de bacias de outras regiões para suprir sua necessidade de água, o que demandará maiores investimentos.

A partir de informações da Cedae, validadas pela prefeitura, esse cenário

Abrangência da rede de abastecimento de água (2000, 2006, 2009, 2010 e 2011)



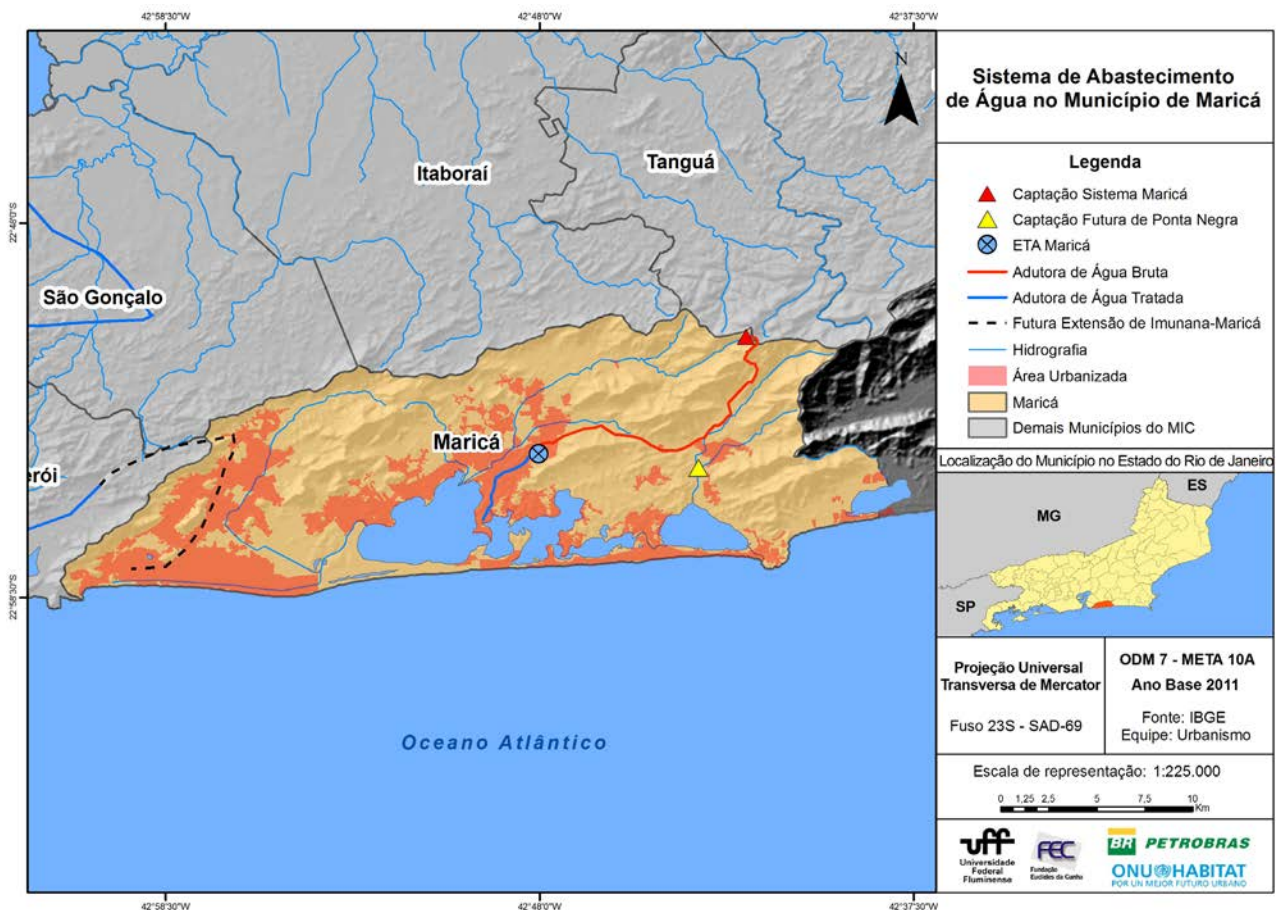
Fonte: IBGE/Cedae, Saae.

Elaboração: NEPHUI/UFF, 2012.

poderá mudar a partir de 2012, pois, pelo plano de metas firmado com o município, várias obras estão em curso para tentar minimizar este problema: implantação de um sistema de abastecimento de água no bairro de Ponta Negra; ampliação e melhorias operacionais do sistema de distribuição de água tratada nos bairros de Caxito e

Nova Metrópole; reforço na rede de distribuição de água no distrito sede do município; implantação do sistema de abastecimento de água nos bairros de Inoã e Itaipuaçu. Cabe ressaltar que em apenas duas das obras anunciadas a oferta de água será aumentada, as que irão atender Ponta Negra, e Itaipuaçu e Inoã. Dessa maneira, o problema de

abastecimento na maioria dos bairros do município não será resolvido com relação à demanda de água. A solução dada pela Cedae para resolver esta situação é implantar um novo sistema formado pela captação na bacia do Caceribu, na altura do município de Tanguá. A partir daí, a água será aduzida para uma nova ETA a ser construída



com vazão de entrada de 300 litros/s. A adutora terá 28km e, devido ao seu alto custo, a Prefeitura de Maricá não concordou até o momento com a obra.

Segundo a Prefeitura de Maricá, o sistema de coleta e tratamento de esgoto no município só existe no Centro e é composto de uma rede coletora que atende apenas 5 mil domicílios e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que realiza tratamento em nível secundário. Essa ETE de Araçatiba é operada pela Cedae. Dessa maneira, em 2011, o município de Maricá apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto de 11,23% que, além de muito baixo e inferior ao índice dos MIC (19,82%), está distante de atingir sua meta de 23,16%.

Conforme ocorreu em outros municípios, a Prefeitura de Maricá, com o intuito de melhorar esta situação, conseguiu recursos a fundo perdido do Programa de Saneamento Básico da Funasa para implantar uma rede coletora e construir mais uma estação de tratamento de esgoto, no bairro da Pedreira. Essa ETE foi projetada para realizar tratamento secundário e para atender 500 domicílios. A obra foi concluída em janeiro de 2012, porém ainda não entrou em operação.

Com o objetivo de contribuir para a melhora dessa situação, a Petrobras assinou um convênio com a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) para a im-

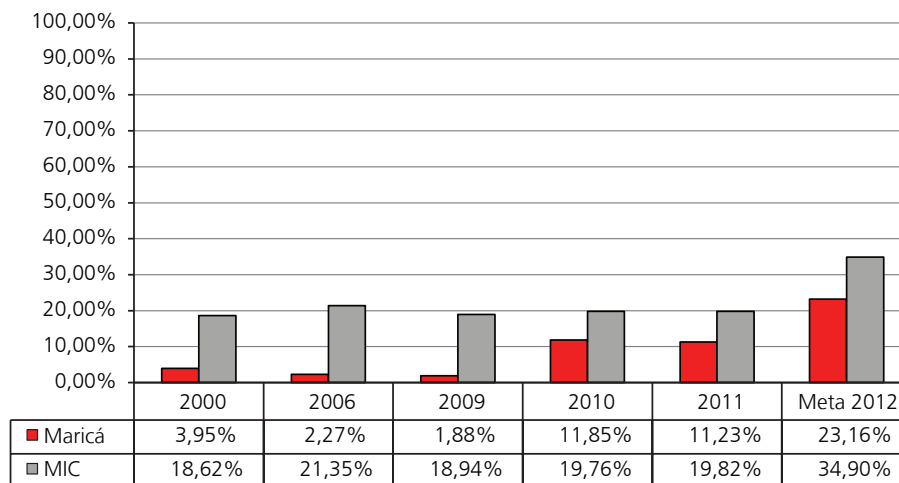
plantação de uma rede de esgoto que deve atender 70% da população do município. Além disso, será construída uma estação de tratamento primário de esgoto e um emissário submarino que lançará o efluente da ETE no oceano para finalizar o tratamento por diluição. Os recursos para a obra serão fornecidos em parte pela Petrobras e, em parte, pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Com relação aos resíduos sólidos urbanos, o município declara cobrir 100% dos domicílios particulares permanentes urbanos com o serviço de coleta. Os dados do IBGE indicam que 93% dos domicílios totais do município são cobertos pelo serviço. A concessionária Thalís é responsável pela coleta dos resíduos sólidos.

O serviço de limpeza urbana é terceirizado e não atinge todos os bairros. No município não há serviço de coleta seletiva. Uma microempresa opera um pequeno sistema de coleta para reciclagem. O serviço de coleta domiciliar não é cobrado no município.

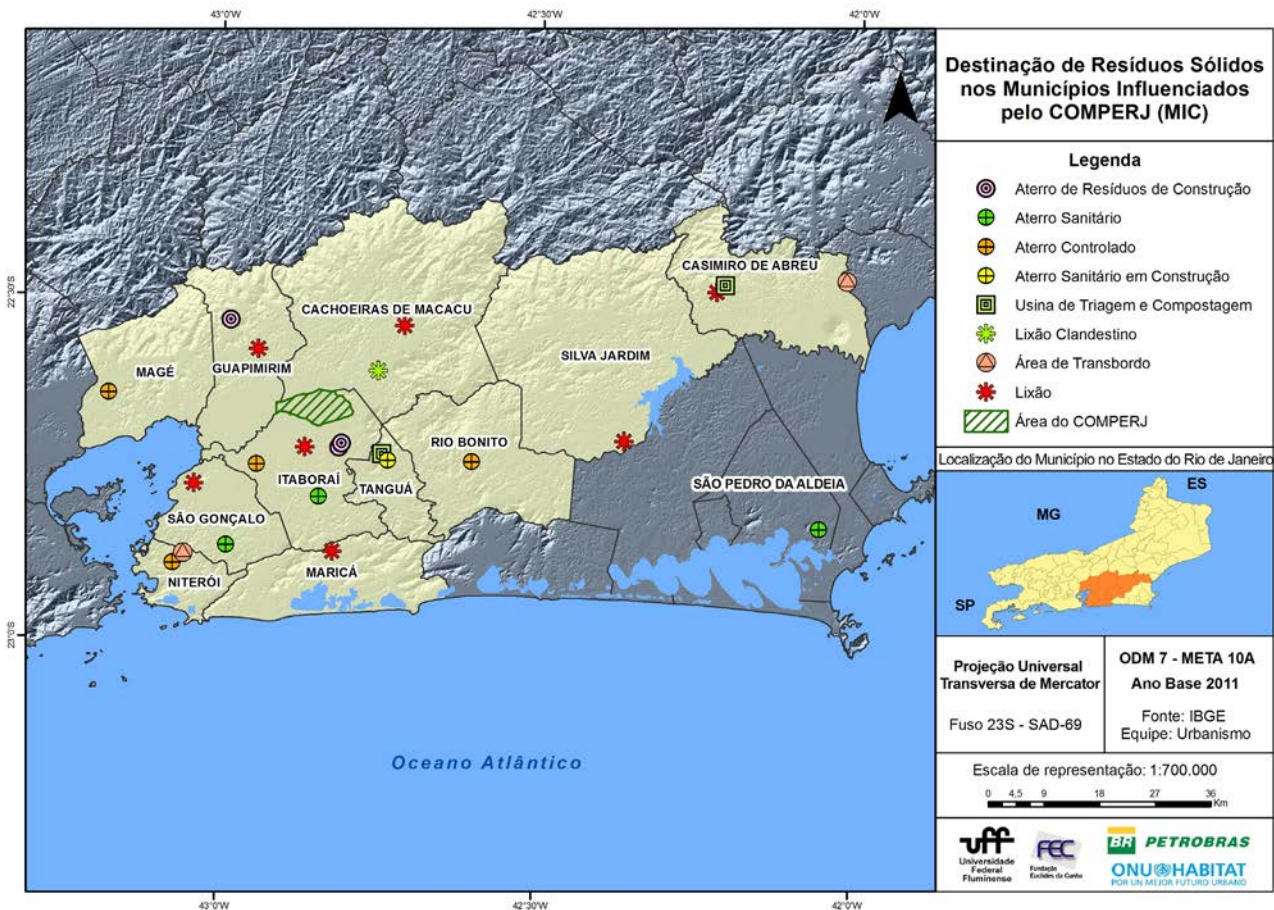
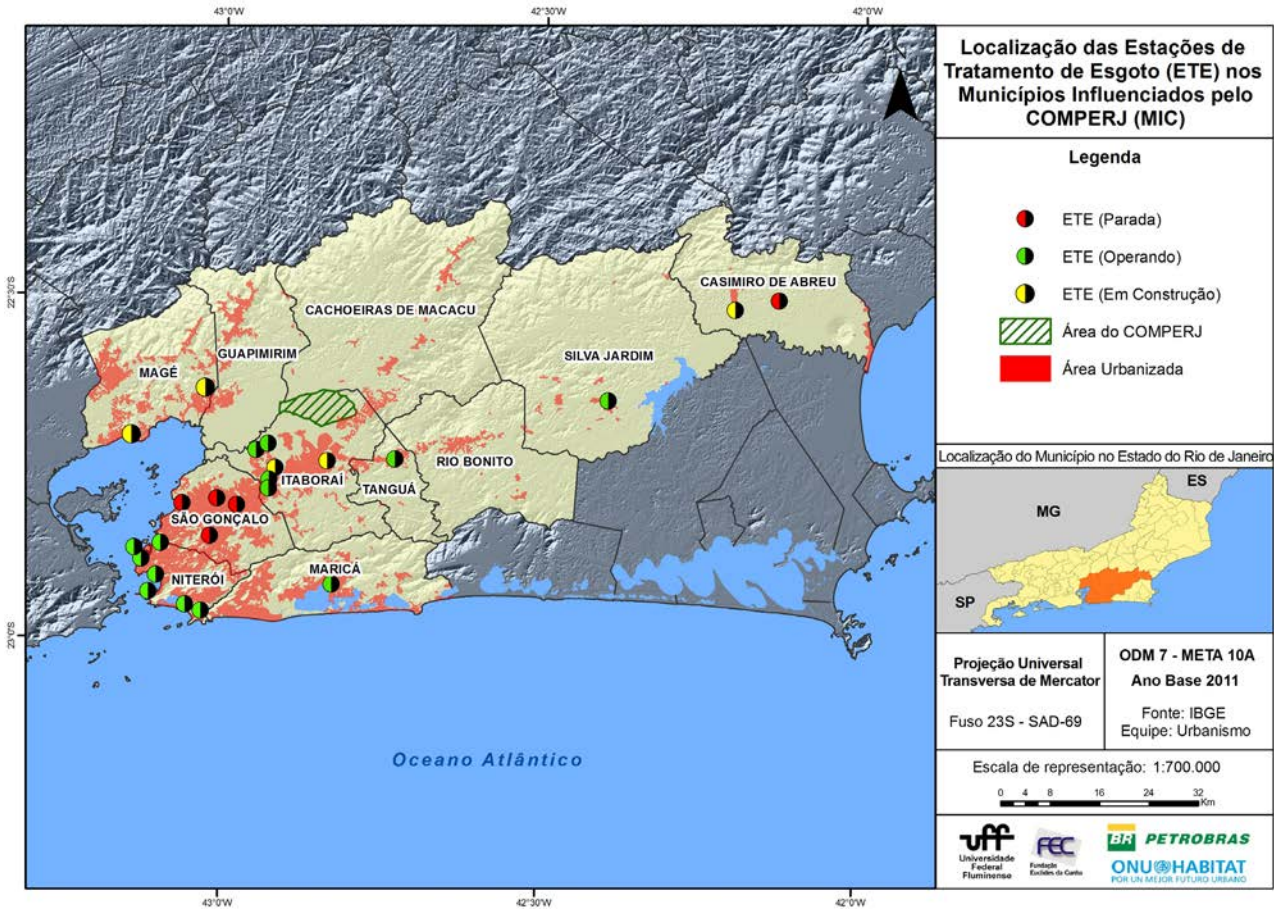
Atualmente, os resíduos sólidos do município são encaminhados ao CTR Itaboraí. Anteriormente os resíduos sólidos eram encaminhados a um vazadouro da prefeitura localizado no bairro Caxito Grande. Estão previstas a implantação de unidades de triagem e compostagem, além de um sistema de drenagem para o vazadouro.

Abrangência da rede coletora de esgoto (2000, 2006, 2009, 2010 e 2011)



Fonte: IBGE/ Cedae, prefeitura.

Elaboração: NEPHUI UFF, 2012.



CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

A Meta 11 trata da questão da habitação da população urbana. Essa análise considera os assentamentos precários, uma das expressões mais importantes da fragilidade das condições de moradia da população mais empobrecida, referenciando-os à área urbanizada. São avaliadas as variações em termos de número de domicílios e de área ocupada na área urbanizada e nos assentamentos (Indicadores A e B), de modo a traçar um panorama sobre os processos de urbanização e de informalidade habitacional. Adicionalmente, são examinadas as ações do poder público, especialmente o municipal, relativas à habitação de interesse social, sejam elas de recuperação/promoção de melhorias no estoque de unidades habitacionais, representado pelos assentamentos precários, sejam de produção de novas moradias (Indicadores D, E e F).

A análise está baseada em dados primários obtidos por meio da observação de imagens de satélite de alta resolução, complementados por in-

formações obtidas junto à Prefeitura Municipal e a uma rede de lideranças comunitárias, posteriormente validados em campo, considerando o conceito de assentamento precário adotado, isto é, um conjunto de moradias que carece de segurança da posse da terra e de, pelo menos, um dos seguintes atributos: qualidade estrutural e durabilidade da construção, acesso à água potável e ao esgotamento sanitário. Este método foi adotado, tendo em vista a discrepância entre os resultados apresentados por fontes secundárias (Prefeitura, IBGE, PLHIS). Por tratar-se de um método de aproximações sucessivas, os dados são continuamente atualizados. Assim sendo, os assentamentos registrados neste boletim correspondem aos reconhecidos por esta pesquisa até a data de fechamento deste documento.

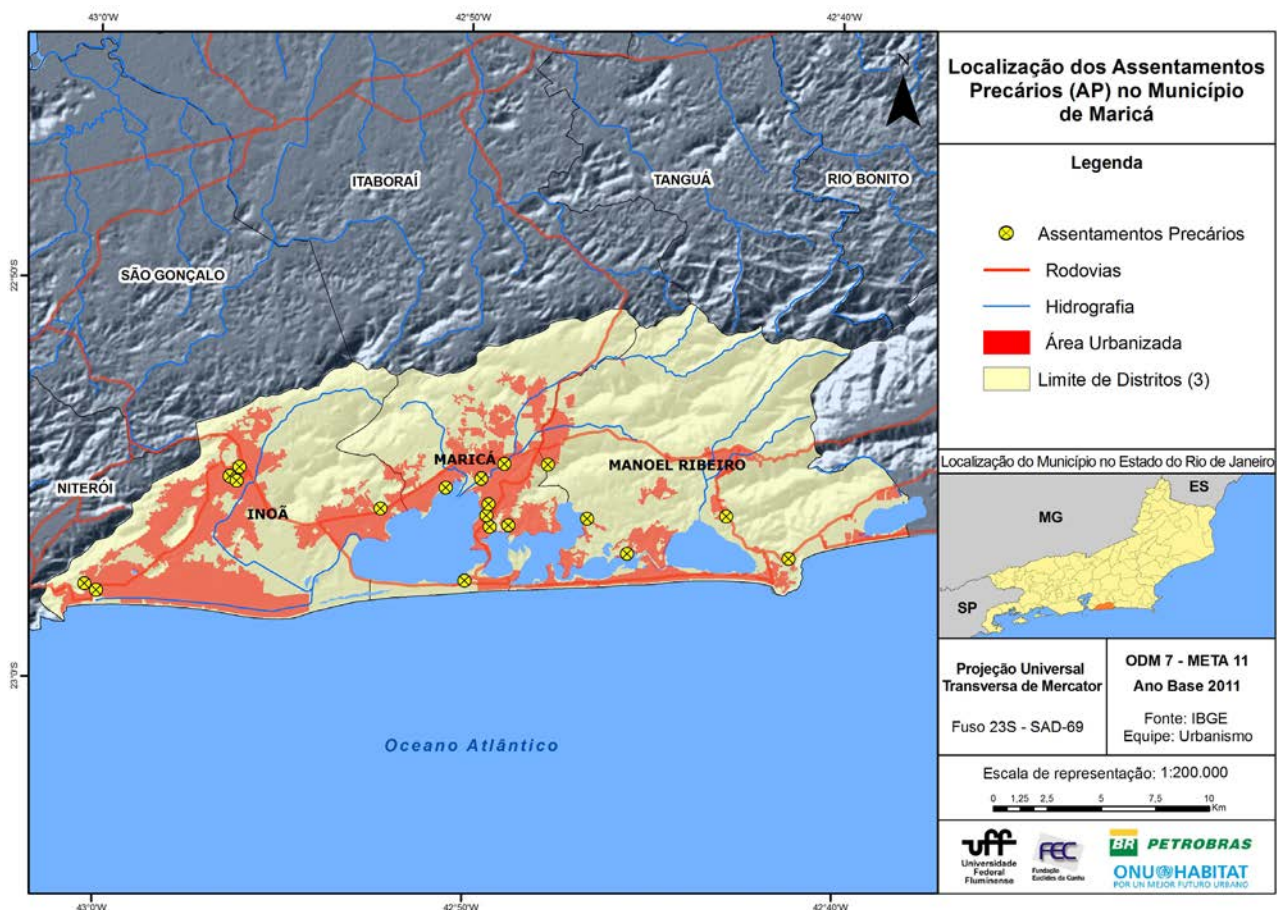
Com relação ao número de domicílios urbanos entre 2000 e 2006, foi constatado um crescimento de 73,57%, enquanto nos cinco anos subsequentes ao anúncio do Comperj (2006) a taxa foi de 35,32%, indican-

do uma tendência de desaceleração no ritmo da urbanização. Mesmo assim, entre 2000 e 2011, o aumento verificado foi de 134,88%, portanto uma taxa bastante superior aos 31,42% registrados na média dos municípios de influência do Comperj (MIC).

Em 2000, existiam no município 19 assentamentos precários (AP), número que se manteve até 2011. Dez dos dezenove AP delimitados em Maricá encontram-se no primeiro distrito, principalmente nas áreas próximas à Lagoa de Maricá e ao longo da RJ-106. Dois dos maiores e mais significativos assentamentos estão localizados no distrito de Inoã (Fernando Mendes / Risca Faca e Robson Mendonça).

No ano 2000, esses AP totalizavam 3.255 domicílios e onze deles apresentavam menos de 100 unidades habitacionais. Em 2006, o número de domicílios em AP passou para 4.215, em 2009, 4.699, em 2010 para 4.751, atingindo 4.897 domicílios em 2011.

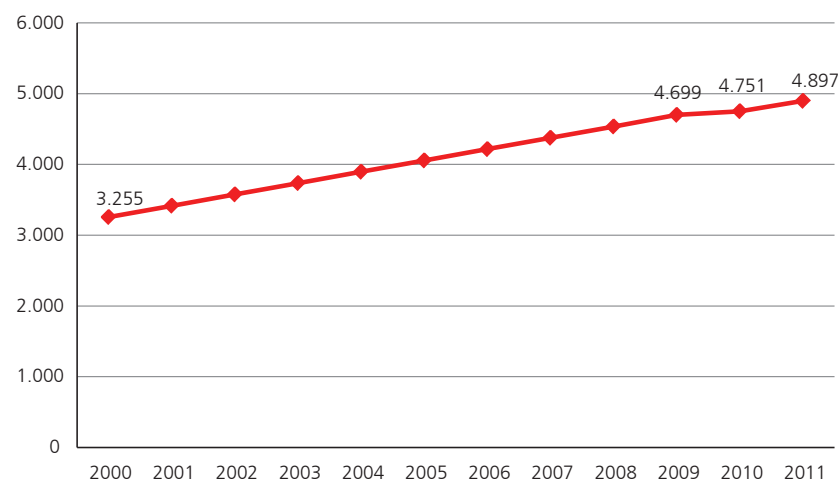
O exame desses números mostra que no período 2000 a 2006 ocorreu



crescimento mais acentuado da informalidade habitacional em termos de domicílios em AP (29,49%) do que entre 2006 e 2011, quando essa taxa foi de 16,18%, indicando uma tendência de desaceleração no processo de informalidade habitacional no município. Esses dados somados a pesquisas sobre a evolução de Maricá (HOLZER, 2012), apontam para a rodovia Amaral Peixoto como importante fator de aceleração da urbanização e também do crescimento desses AP, pois facilita o acesso às cidades de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro, importantes centros de oferta de postos de trabalho.

Com relação à Meta estabelecida para o Indicador B (percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos), verifica-se que em 2000 esse percentual era de 17,18%, tendo passado em 2011 para 11,00%, indicando que o município atingiu a Meta estabelecida, de 15,46%.

Número de domicílios em assentamentos precários em Magé (2000 e 2011)



Elaboração: NEPHUIUFF, 2012.

Fonte: Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 e 2011.

No período 2000-2011, o aumento na área ocupada por estes assentamentos em Maricá foi de 16,52%, contra 17,35% registrado nos MIC. O município passou a ter 1,941km² de

área de AP, contra 1,666km² registrados em 2000. Destaque para os assentamentos Marquês (71,26%), Canal Bambuí (53,30%) e Comunidade de Jaconé (52,45%) com as maiores taxas

Área e número de domicílios em AP (2000 a 2011)

Nome do Assentamento	Localização	Área dos AP (km ²)				Cresc. Total %	Número de Domicílios				Cresc. Total %
		2000	2009	2010	2011		2000	2009	2010	2011	
1. Araçatiba		0,050	0,071	0,072	0,072	44,09%	65	122	129	130	100,00%
2. Bairro da Amizade	1º Distrito - Maricá	0,085	0,117	0,117	0,117	37,44%	219	335	335	346	57,99%
3. Bananal		0,029	0,036	0,036	0,037	27,40%	49	95	96	96	95,92%
4. Beira Rio	3º Distrito - Inoã	0,077	0,093	0,093	0,093	20,67%	197	237	239	284	44,16%
5. Beira Rio Mombuca		0,019	0,021	0,022	0,025	32,45%	53	81	83	85	60,38%
6. Canal Bambuí		0,048	0,072	0,073	0,073	53,30%	77	109	115	115	49,35%
7. Comunidade de Jaconé		0,027	0,041	0,041	0,041	52,45%	29	77	78	78	168,97%
8. Fernando Mendes/Risca Faca	3º Distrito - Inoã	0,398	0,430	0,430	0,431	8,24%	716	1021	1035	1076	50,28%
9. Gamboa	2º Distrito - Ponta Negra	0,019	0,023	0,023	0,023	24,02%	37	51	51	51	37,84%
10. Mambuca	2º Distrito - Ponta Negra	0,025	0,035	0,035	0,035	37,44%	74	123	124	126	70,27%
11. Marquês		0,003	0,005	0,005	0,005	71,26%	18	34	34	34	88,89%
12. Mato Dentro	4º Distrito - Itaipuaçu	0,080	0,114	0,118	0,118	47,64%	98	192	199	199	103,06%
13. Mato Dentro - Beira Rio	4º Distrito - Itaipuaçu	0,044	0,051	0,051	0,051	15,83%	52	93	94	95	82,69%
14. Morro do Amor		0,130	0,130	0,130	0,130	0,00%	213	264	269	269	26,29%
15. Parque Nancy	1º Distrito - Maricá	0,012	0,016	0,016	0,016	35,16%	32	48	48	48	50,00%
16. Robson Mendonça	3º Distrito - Inoã	0,208	0,219	0,219	0,219	5,53%	411	544	547	567	37,96%
17. Saco da Lama	1º Distrito - Maricá	0,170	0,193	0,193	0,193	13,86%	355	494	494	501	41,13%
18. São José do Imbassai	1º Distrito - Maricá	0,139	0,154	0,154	0,154	10,37%	419	568	570	581	38,66%
19. Zacarias	1º Distrito - Maricá	0,102	0,106	0,106	0,106	3,63%	141	211	211	216	53,19%
Total		1,666	1,927	1,936	1,941	16,52%	3255	4699	4751	4897	50,45%

Elaboração: NEPHUIUFF, 2012. Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 a 2011.

de aumento de área. Com uma taxa de crescimento médio entre 37 e 47 % se encontram os assentamentos Mato Dentro (47,64%), Araçatiba (44,09%), Mambuca (37,44%) e Bairro Amizade (37,44%).

No ano 2000, a área ocupada por assentamentos precários no município era de 1,666km², tendo passado para 1,927km² em 2009, atingindo 1,936km² em 2010 e 1,941km² em 2011.

Quanto ao Indicador A (percentual da área ocupada por assentamentos precários, em relação à área urbana), verifica-se que em 2000 o percentual de área urbanizada ocupada por AP era de 2,43%, tendo aumentado em 2011 para 2,52%, indicando que o município não cumpriu a Meta estabelecida de 2,19% de território urbanizado ocupado por AP.

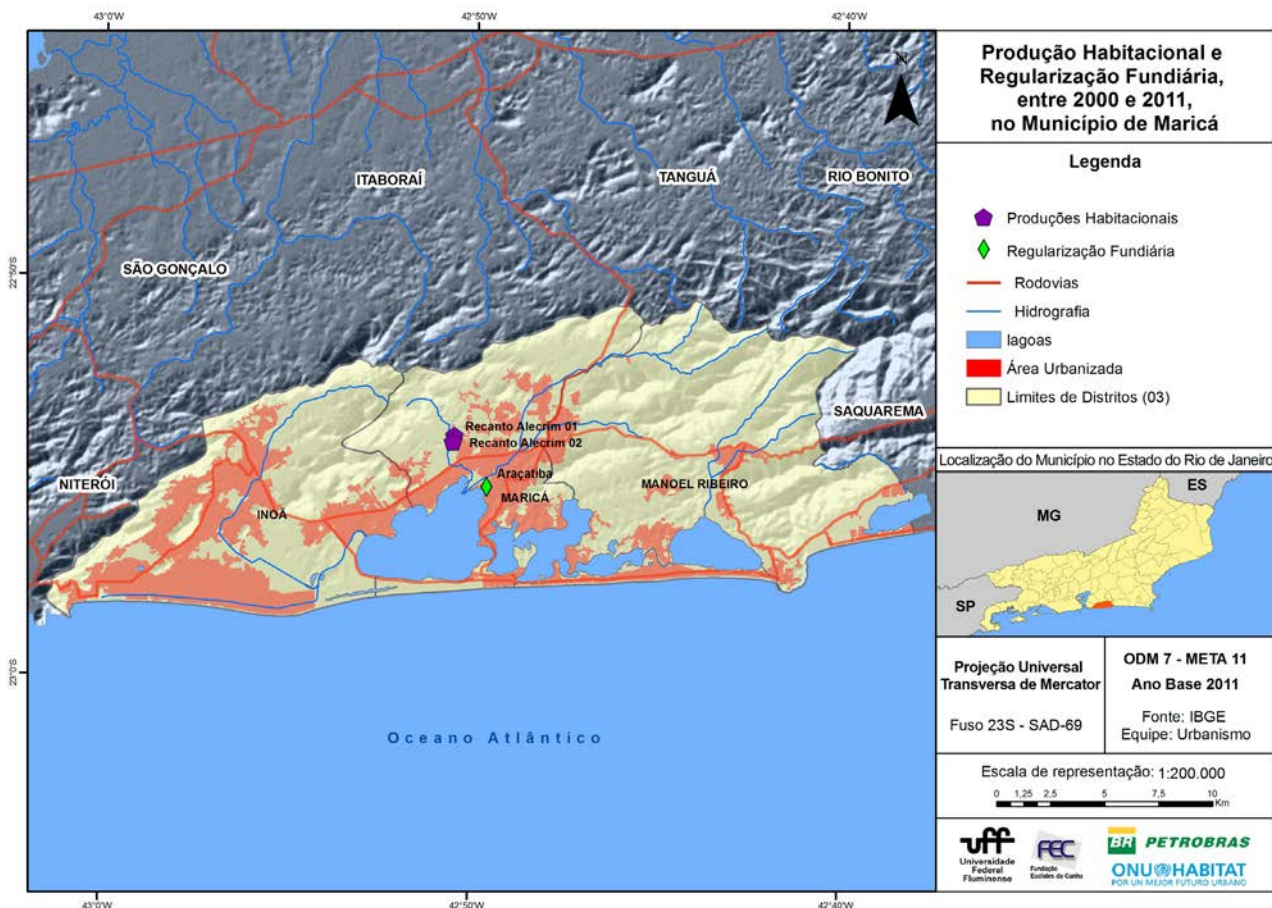
Os dados referentes à produção habitacional nos MIC foram sistematizados em quatro períodos: 2000-2003, 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2011, tendo como referência marcos considerados importantes. O ano de 2000 ser-

viu de base para as metas dos ODMs, 2003 marca a criação do Ministério das Cidades, em 2006 ocorreu o anúncio do Comperj e em 2009 foi iniciada a pesquisa de monitoramento anual, sendo 2011 o último ano com dados atualizados.

Em Maricá, apenas 24 unidades habitacionais foram produzidas, um número pequeno, que deixa o município longe de alcançar sua Meta 11 (produzir ou recuperar o es-toque habitacional de pelo menos 326 unidades habitacionais). O município também não possui projetos ou obras iniciadas no período analisado. As unidades habitacionais entregues foram destinadas a famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos e se localizam no primeiro distrito do município (Recanto Alecrim 01 e 02). A área fica nas proximidades da rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), que corta toda a extensão do município, ligando-o aos municípios de Niterói e Saquarema.

Entre 2000 e 2010, para fins de regularização fundiária, houve a entrega de, aproximadamente, 30 títulos para

famílias em Araçatiba. Entre os anos de 2000 a 2011, estavam em processo cinco projetos de regularização fundiária em áreas públicas ocupadas por famílias de baixa renda, consideradas áreas precárias pela prefeitura em relação à irregularidade na posse da terra (informações que ainda precisam ser validadas em campo). Os assentamentos incluídos no projeto são: Araçatiba (30), Bananal (96), Marquês (25), e São José do Imbaçaí (280), além de Alecrim (50), considerada área precária, apesar de não ser assentamento (legalização de casas populares entregues). O programa pretende beneficiar até o final de 2012, um total aproximado de 481 famílias.

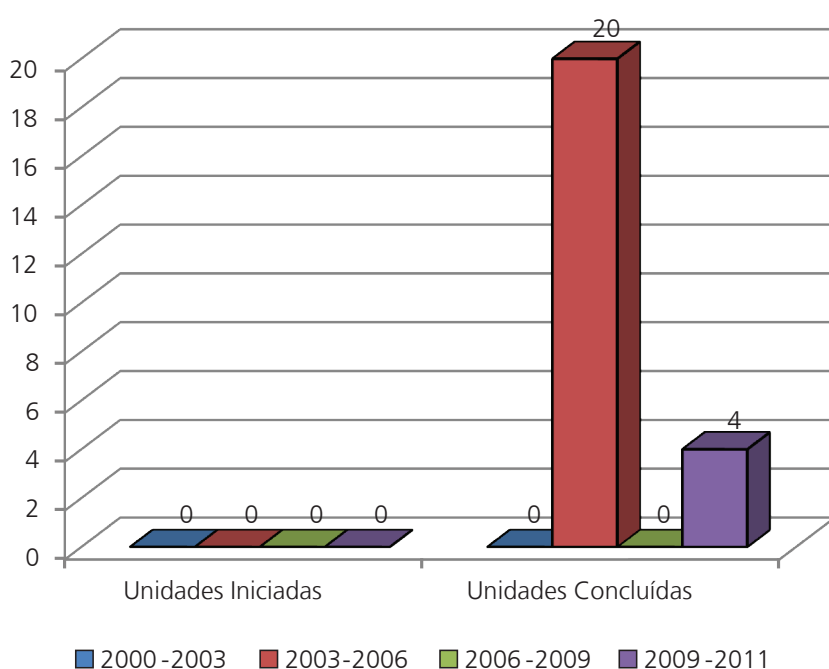


Assentamento Recanto do Alecrim



Fonte: NEPHU/UFF, 2012.

Produção habitacional (2000 a 2011)



Em relação à urbanização em assentamentos, existem quatro intervenções pontuais nos assentamentos Zacarias (216) e Mambuca (126), Bananal (96) e Araçatiba (30) concluídas em 2011, além de outras ações de urbanização no bairro São José do Imbaçaí, fora dos limites do assentamento de mesmo nome.

Em resumo, em termos de obras de urbanização, a prefeitura de Maricá promoveu intervenções pontuais em assentamentos, não atingindo a sua meta (326 domicílios urbanizados).

Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.
Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Urbanização em AP

Municípios	Nº de Dom. em Assentamentos	Nº de Assentamentos	Assentamentos com Obras de Urbanização	Estágio	Moradias Urbanizadas	Tipo de Urbanização
2000-2011						
Maricá	4.897	19	Zacarias	Concluída	216	Intervenções pontuais
			Mambuca	Concluída	126	Intervenções pontuais
			Bananal	Concluída	96	Intervenções pontuais
			Araçatiba	Concluída	30	Intervenções pontuais
MIC	103.968	309	-	-	9.292	-

Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.
Elaboração: Equipe Habitação NEPHU/UFF, 2012.



ODM9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ

Metas 12 a 18, 23 e 24: Jorge Nogueira de Paiva Britto⁵⁷; Carlos E. Guanzirolí⁵⁸; Daniel Ribeiro⁵⁹; Claudio Considera⁶⁰; Leonardo Mulls⁶¹; Luciano Losekan⁶²; Marco Vargas⁶³; Alberto Di Sabbato⁶⁴

Meta 21 e 22: Edna Massae Yokoo⁶⁵; Ana Paula Costa Resende⁶⁶; Sandra Costa Fonseca⁶⁷; Andréa Sobral de Almeida⁶⁸; Waldemir Paixão Vargas⁶⁹; Hélia Kawa⁷⁰

META 12 Viabilização de crescimento continuado da região dos MIC acima do crescimento do Estado e do País.
Indicadores:

- Evolução do PIB em valores constantes
- Evolução do PIB *per capita* em valores constantes

META 13 Atração de mão de obra qualificada para a região dos MIC.
Indicador:

- Evolução do emprego formal

META 14 Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região dos MIC.
Indicadores:

- Evolução da taxa de desemprego
- Remuneração média mensal do trabalho formal (em valores correntes)

57 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

58 Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

59 Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

60 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

61 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

62 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

63 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

64 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

65 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).


66 Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

67 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

68 Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

69 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

70 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

- 
- META 15** Dinamização do padrão de especialização produtiva na região dos MIC.
Indicador:
- Índice de concentração produtiva das atividades econômicas
- META 16** Dinamização de cadeias produtivas locais na região dos MIC.
Indicador:
- Empregos gerados em cadeias produtivas
- META 17** Fortalecimento do empreendedorismo na região dos MIC.
Indicadores:
- Evolução do número de pequenas e médias empresas (PMEs)
 - Evolução do número de empregos gerados em pequenas e médias empresas (PMEs)
- META 18** Adequação do suprimento de energia ao crescimento na região dos MIC.
Indicador:
- Consumo *per capita* de energia elétrica
- META 21A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes
- META 22A** Controle e redução de indicadores de violência na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte)
- META 23** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento na região dos MIC.
Indicadores:
- Equilíbrio orçamentário
 - Investimento público *per capitado*
- META 24** Adequar a oferta de moradias à necessidade de crescimento da região do MIC.
Indicadores:
- Variação percentual do valor dos imóveis praticado em cada assentamento precário em relação ao valor médio praticado nos assentamentos precários da ADA
 - Variação percentual anual do valor dos imóveis praticado no mercado formal nos municípios da ADA

O ODM 9, que objetiva acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução de desigualdades na região dos MIC, apresenta várias metas, tais como: (i) viabilizar o crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do País; (ii) atrair mão de obra qualificada para região; (iii) melhorar o perfil do mercado de trabalho na região; (iv) dinamizar o padrão de especialização produtiva da região; (v) dinamizar cadeias produtivas locais; (vi) fortalecer o empreendedorismo na região; (vii) adequar o suprimento de energia ao crescimento da região; (viii) adequar a malha de transportes; (ix) adequar a infraestrutura de telecomunicações; e (x) promover melhorias das condições fiscais e da

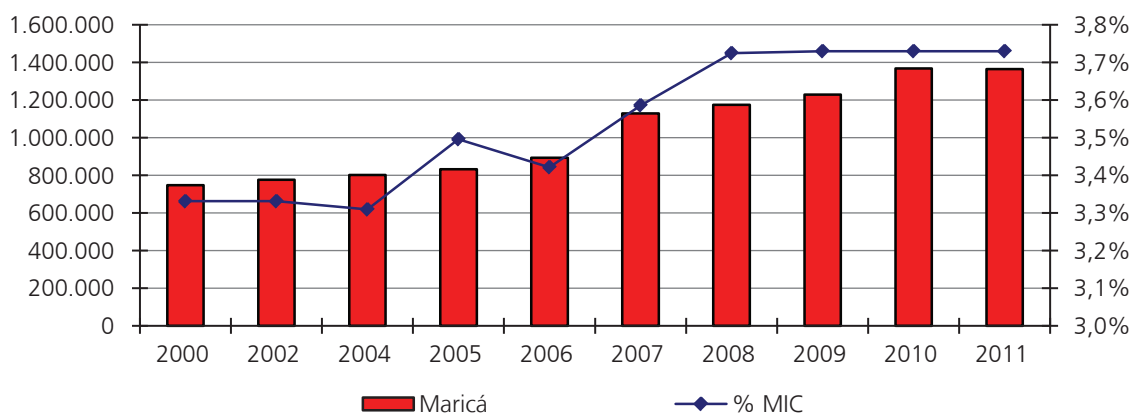
capacidade de investimento dos municípios. Para tanto, serão apresentados alguns dos indicadores elaborados para acompanhar a evolução dessas metas.

O PIB no município de Maricá se elevou de R\$ 746,7 milhões, em 2000, para R\$ 1,36 bilhão em 2011, o que equivale a um crescimento real de R\$ 618,5 milhões. Neste mesmo período, o PIB do conjunto dos MIC cresceu R\$ 14,2 bilhões, saindo de R\$ 22,4 bilhões, em 2000, para R\$ 36,6 bilhões em 2011. Em termos comparativos, observa-se que o PIB de Maricá registrou um desempenho melhor do que o conjunto dos MIC entre os anos analisados, quando o mesmo aumentou sua participação no total do produto

gerado pela região, passando de 3,3%, em 2000, para 3,7% em 2011. Em relação aos demais municípios da região estudada, verifica-se que Maricá se encontra na quinta posição em termos de maior produto agregado no ano de 2011, ficando atrás de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

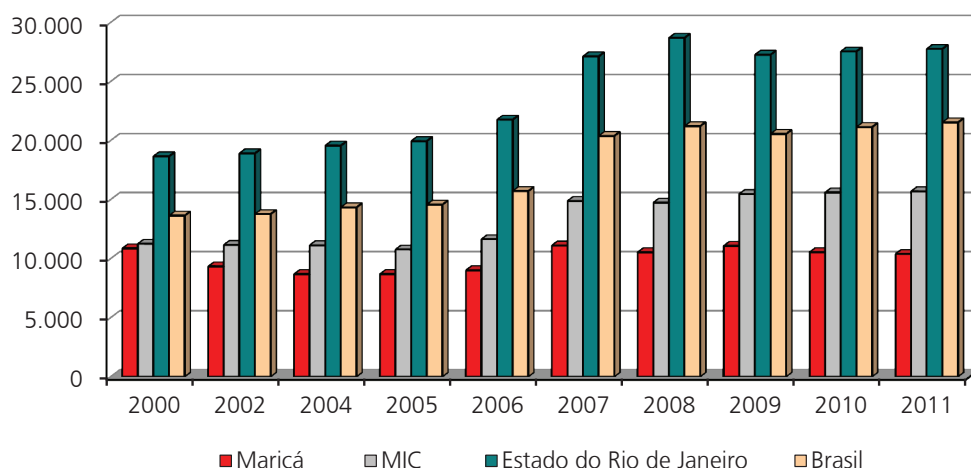
O PIB per capita do município de Maricá diminuiu em R\$ 472, passando de R\$ 10.864 em 2000, para R\$ 10.393 em 2011, equivalendo a uma queda de 4,3% entre os anos analisados. Em contraste, o PIB per capita registrado no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil cresceu 39,5%, 48,7% e 57,8%, respectivamente, entre os anos 2000 e 2011. Desta forma,

PIB do município de Maricá e participação no PIB da região dos MIC de 2000 a 2011 (em R\$ 1000,00 de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

PIB per capita do município de Maricá, da região dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil entre 2000 e 2011 (valores per capita em R\$ de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

no último ano do período (2011), o PIB per capita registrado pelo conjunto dos MIC foi de R\$ 15.706, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os montantes registrados foram de R\$ 27.767 e R\$ 21.536. Em comparação com os demais municípios da área de influência direta do Comperj, notamos que Maricá ficou na oitava posição em termos de maior PIB per capita em 2011, posicionando-se atrás dos municípios de Casimiro de Abreu, Niterói, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, São Gonçalo, Itaboraí e Silva Jardim.

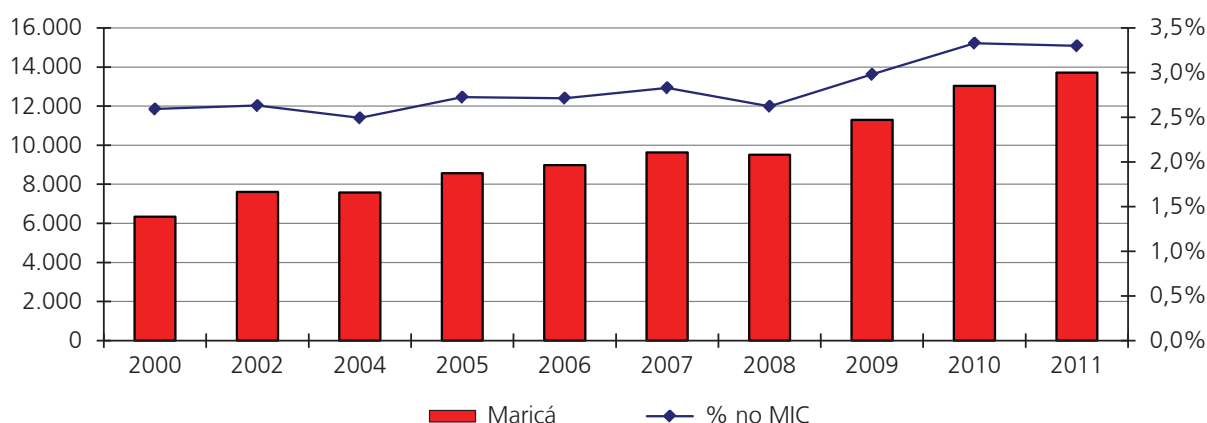
Entre os anos de 2000 e 2011, o total de empregos formais contabilizados no município de Maricá cresceu 116,2%, evoluindo de 6.340 para 13.708 postos

de trabalho. Com isto, Maricá aumentou sua participação no total de empregos criados na região de influência direta do Comperj de 2,6%, em 2000, para 3,3%, em 2011. Cabe destacar que neste mesmo período o número de postos de trabalho gerados no conjunto dos MIC passou de 244,5 mil para 415,4 mil. Em comparação com os demais municípios impactados pelo Comperj de forma direta, nota-se que, em 2011, Maricá ocupou a sexta posição em termos de quantidade de emprego formal, ficando atrás dos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Magé.

A taxa de desemprego estimada para o município de Maricá passou de 15,4%, em 2000, para 7,3% em 2011,

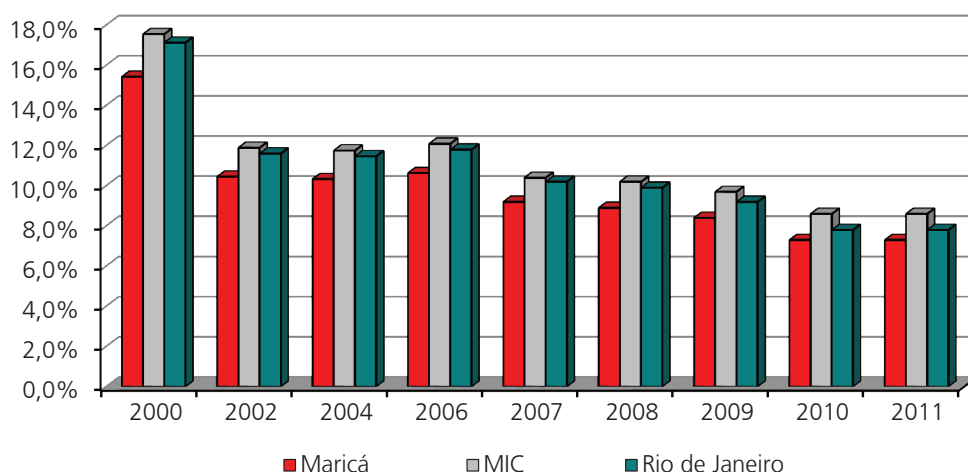
ficando abaixo das taxas de desemprego estimadas tanto para o Estado do Rio de Janeiro (7,8% em 2011) quanto para o conjunto dos MIC (8,6% em 2011). Em paralelo, nota-se que durante o período analisado a queda da taxa de desemprego no município de Maricá foi de 8,1 pontos percentuais, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no grupo de municípios que compõem a região de influência direta do Comperj as quedas foram de 9,3 e 8,9 pontos percentuais, respectivamente. Em comparação com os outros municípios analisados, Maricá registrou, em 2011, a segunda posição em termos de menor taxa de desemprego, ficando atrás apenas do município de Niterói.

Evolução do emprego formal no município de Maricá e participação no total de empregos na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução da taxa de desemprego no município de Maricá, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010, Pnad e PME) e estimativas da Equipe de Economia.

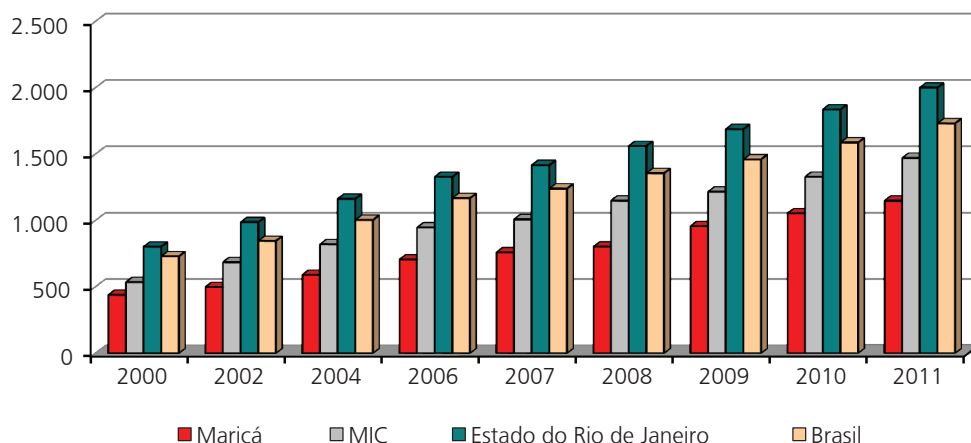
A remuneração média mensal da mão de obra formal empregada no município de Maricá passou de R\$ 440, em 2000, para R\$ 1.150 em 2011, o que significa um acréscimo nominal de R\$ 710. Em paralelo, os aumentos nominais da remuneração média mensal do trabalho formal no âmbito dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil foram de R\$ 936, R\$ 1.199 e R\$ 1.002 entre os anos analisados. Com isso, em 2011, a remuneração média mensal registrada para o trabalho formal foi de R\$ 1.472 para os municípios da área de influência direta do Comperj, R\$ 2.002 para o Estado do Rio de Janeiro e R\$ 1.733 para o Brasil. Em comparação

com os MIC, Maricá ocupou a quinta posição em termos de maior remuneração média mensal em 2011, ficando atrás de Niterói, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e São Gonçalo.

Um aspecto importante das atividades econômicas diz respeito ao grau de concentração (ou diversificação) dos setores produtivos existente em uma localidade qualquer. Neste contexto, quanto maior for o índice de Herfindhal, mais concentrada e, por consequência, menos diversificada é a estrutura produtiva da região em análise. Com isto, verificamos que o município de Maricá apresentou um grau de concentração maior do que o observado no conjunto

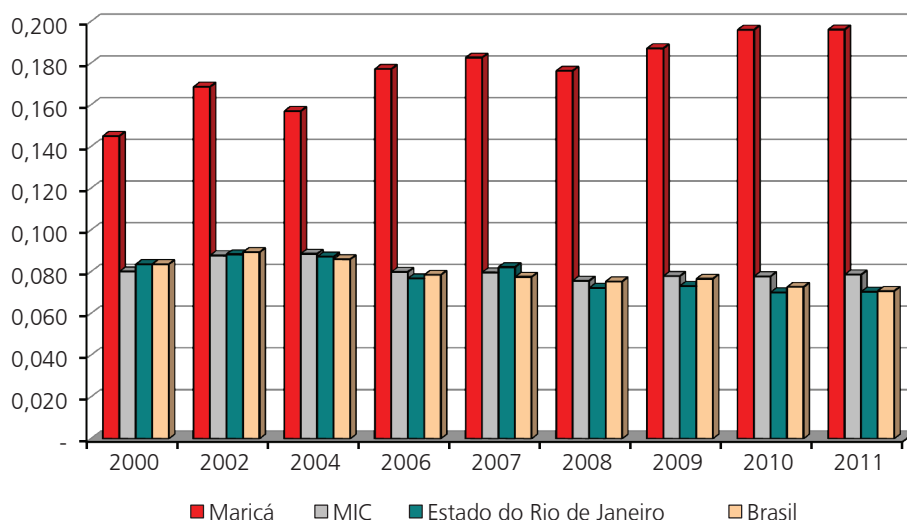
dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Entre os anos de 2000 e 2011, o grau de concentração registrado no município de Maricá aumentou em 35,2%, enquanto nos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil foram observadas quedas respectivas de 1,9%, 15,8% e 15,4, sugerindo um aumento na diversificação das atividades econômicas nessas regiões. Em comparação com os municípios influenciados diretamente pelo Comperj no ano de 2011, nota-se que Maricá se posicionou em terceiro lugar em termos de estrutura produtiva mais concentrada, ficando atrás de Silva Jardim e Casimiro de Abreu.

Evolução da remuneração média mensal no município de Maricá, na região dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do índice de concentração produtiva (índice de Herfindhal - dois dígitos) entre 2000 e 2011



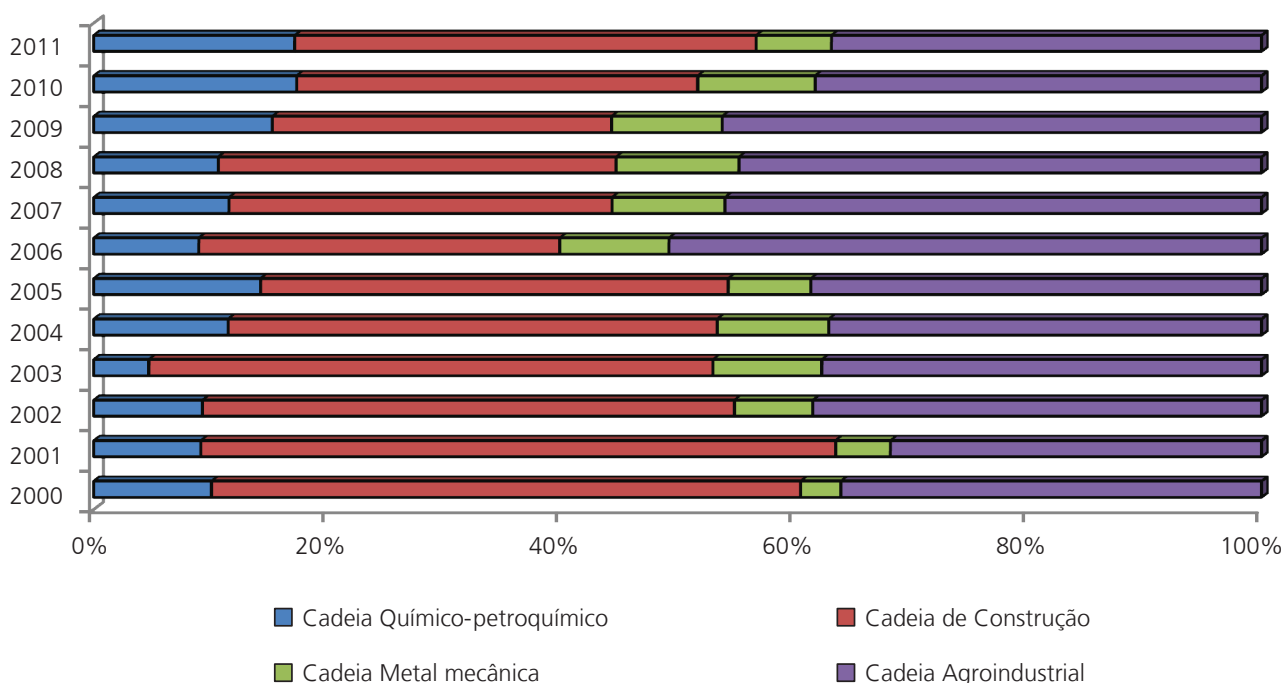
Fonte: Elaborado pela Equipe de Economia a partir dos dados da Rais (MTE).

No que se refere à estrutura produtiva do município de Maricá, é possível considerar um recorte a dois dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para identificar as atividades econômicas mais relevantes para a geração de empregos, bem como aquelas nas quais o município se encontrava relativamente mais especializado no ano de 2011. No município analisado, 75% do emprego estava concentrado nas atividades de administração pública, defesa e seguridade social, comércio varejista, educação, transporte terrestre, serviços para edifícios e atividades paisagísticas. Por outro lado, verificou-se maior especialização relativa do emprego nas seguintes atividades: veterinárias, extração de minerais não metálicos, fabricação de produtos de minerais não metálicos, comércio varejista e imobiliárias.

Em relação ao emprego gerado pelas quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação: agroindustrial, químico-petroquímica, metal-mecânica e construção civil, verifica-se que no município de Maricá as cadeias produtivas da construção civil e agroindustrial foram as mais dinâmicas em termos de

postos de trabalho criados. Em 2000, essas cadeias produtivas (agroindustrial e construção civil) geraram 86,5% (dos quais 50,5% estavam associados à cadeia da construção civil) do total dos empregos oriundos das cadeias produtivas investigadas, enquanto em 2011 esse percentual passou para 76,3%, evidenciando um pequeno aumento na participação das demais cadeias (químico-petroquímico e metal-mecânica). Cabe destacar ainda que, entre os anos do período 2000-2011, houve um pequeno aumento na importância das cadeias químico-petroquímico (que passou de 10% para 17,2%) e metal-mecânica (que passou de 3,4% para 6,4%) no total de empregos criados pelo conjunto das atividades econômicas que compõem as cadeias produtivas estudadas.

Distribuição dos empregos gerados nas cadeias produtivas selecionadas no município de Maricá (em %) entre 2000 e 2011



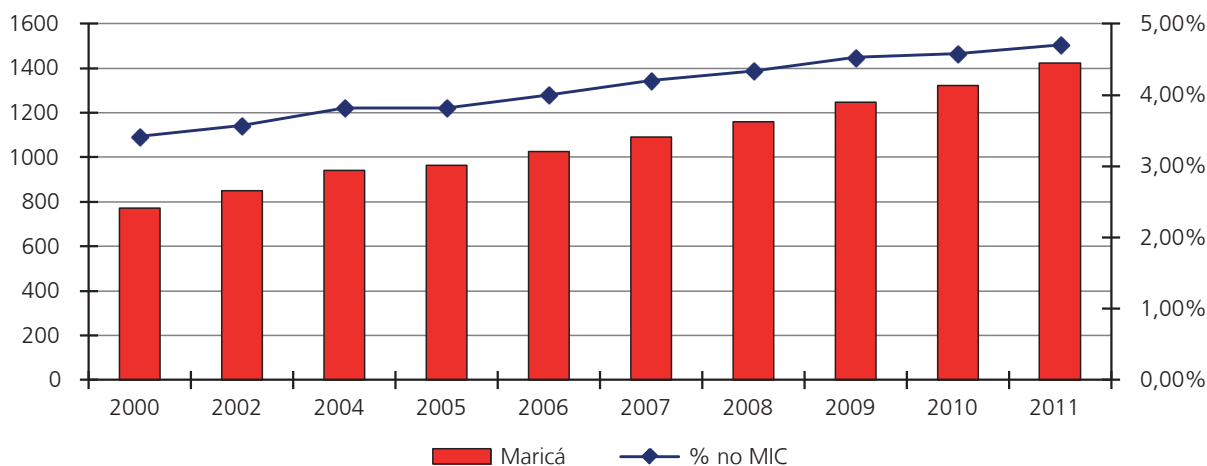
Fonte: Rais (MTE).

O número de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município de Maricá passou de 773, no ano 2000, para 1422 em 2011, o que corresponde a um aumento de 84%. Diante deste crescimento, a participação do município de Maricá no total de PMEs dos MIC aumentou de 3,4% para 4,7% entre os anos de 2000 e 2011. Em comparação com os demais municípios da área influenciada pelo Comperj no ano de 2011, Maricá posicionou-se em sexto lugar em termos de maior quantidade de PMEs, ficando atrás de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Rio Bonito.

No que se relaciona ao total de empregos gerados por Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município de Maricá, verifica-se um crescimento

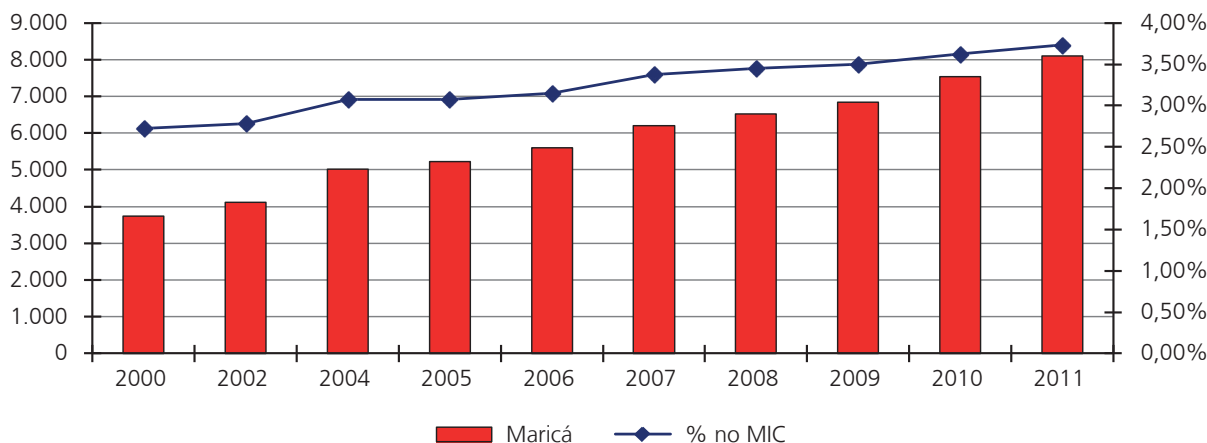
da ordem de 116,4% entre os anos de 2000 e 2011. Isto é, um aumento de 4.357 postos de trabalho, passando do montante de 3.742, em 2000, para 8.099 empregos em 2011. Com este crescimento, a participação dos empregos gerados por PMEs em Maricá no total de empregos criados por empresas similares no conjunto de municípios influenciados diretamente pelo Comperj aumentou de 2,7% para 3,7% entre os anos de 2000 e 2011. Em comparação com os MIC no ano de 2011, Maricá registrou a sexta posição em termos de maior número de empregos gerados por PMEs, ficando atrás de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Rio Bonito.

Evolução do número total de PMEs no município de Maricá entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do total de empregos gerados pelas PMEs no município de Maricá entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

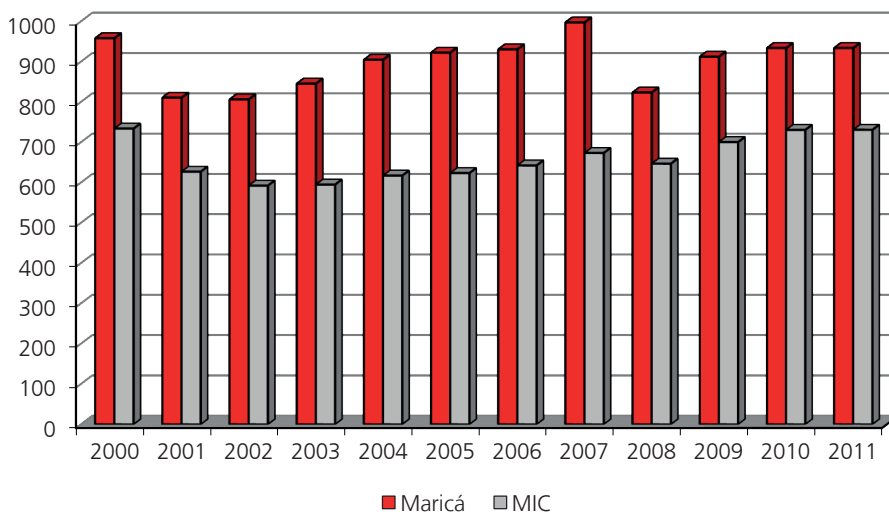
O consumo de eletricidade per capita cresceu no município de Maricá entre os anos de 2001 e 2007, passando por uma queda em 2008 e voltando a crescer até 2011. Na comparação entre os anos de 2000 e 2011, verifica-se que em Maricá houve uma ligeira queda no consumo per capita de energia elétrica de 2,5%, enquanto na região dos MIC observou-se uma queda de 0,4%. Cabe destacar que o município de Maricá, ao longo de todo o período, apresentou níveis de consumo per capita de eletricidade em patamares superiores aos observados no conjunto dos MIC. Como

reflexo, no ano de 2011, o município de Maricá posicionou-se em segundo lugar em termos de maior nível de consumo per capita de energia elétrica entre os municípios da região.

O município de Maricá apresentou, entre 2000 e 2006, oscilações em sua situação orçamentária, que se tornou mais estável a partir de 2007 até 2011 mediante superávits orçamentários sucessivos. Em paralelo, o conjunto de municípios da área de influência direta do Comperj e o Estado do Rio de Janeiro apresentaram ao longo do período considerado, sobretudo a partir de

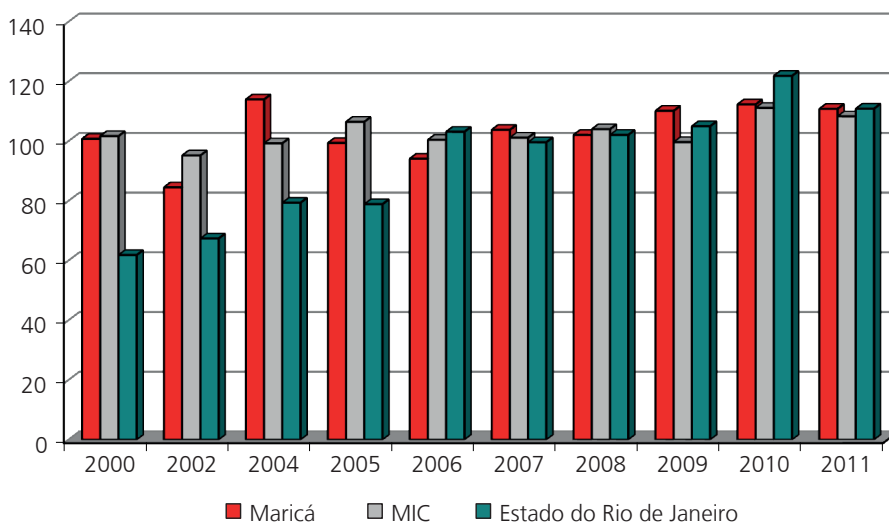
2006, superávits orçamentários. Cabe destacar que, em 2011, o superávit orçamentário registrado em Maricá foi de 10,8%, enquanto que no conjunto dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro estes saldos chegaram a 8,3% e 11%, respectivamente. Em comparação com os demais municípios analisados no ano de 2011, Maricá posicionou-se em quinto lugar em termos de maior superávit orçamentário, ficando atrás de Casimiro de Abreu, Tanguá, Itaboraí e Rio Bonito.

Evolução do consumo *per capita* de eletricidade (KWh/habitante) no município de Maricá e na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Ceperj/Aneel.

Evolução do equilíbrio orçamentário no município de Maricá, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



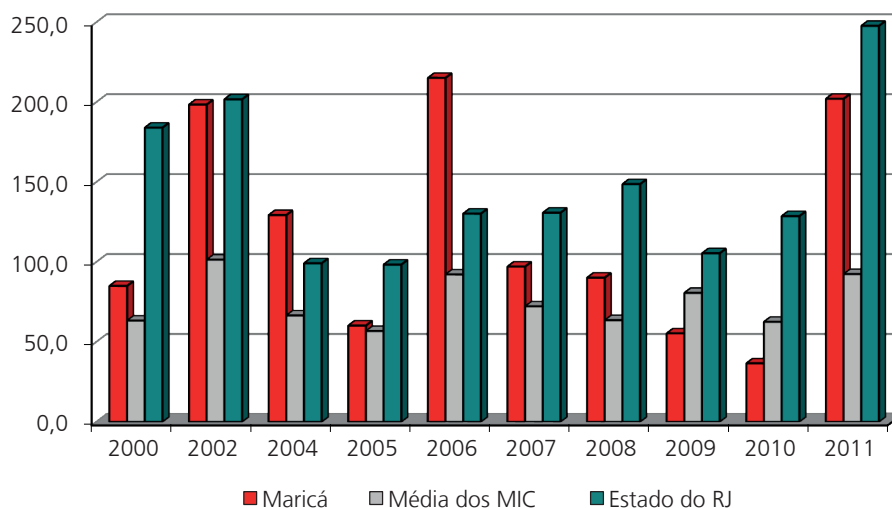
Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

A análise dos investimentos feitos pelos municípios em relação ao tamanho de suas populações (investimento per capita) mostra um aumento da capacidade de investimento dos MIC. Entre os anos analisados, o investimento per capita dos MIC passou de R\$ 63,4, em 2000, para R\$ 92,5 em 2011.

Entretanto, o patamar de investimento per capita dos MIC ficou abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro durante todo o período. Em relação ao município de Maricá, pode-se notar que o investimento per capita oscilou ao longo do período considerado, tendo partido de um nível relativamente alto no início

do período analisado. Em 2000, o montante do investimento municipal por habitante foi de R\$ 85,1, que passou para R\$ 215,2, em 2006, e chegou a R\$ 202,2 em 2011. Em função deste crescimento, o município de Maricá posicionou-se em primeiro lugar em termos de maior investimento per capita em 2011.

Evolução do investimento per capita no município de Maricá, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

Nesta meta, destaca-se o indicador referente à taxa de mortalidade geral, pois ele revela as condições gerais de saúde de uma população e está diretamente relacionado às condições materiais de vida. Assim, a mensuração deste indicador é uma forma aproximada de análise da infraestrutura existente em uma dada área.

No município de Maricá a taxa de mortalidade geral apresentou pouca variabilidade no período de 2000 a 2011. Houve pequenos aumentos e decréscimos durante o período, variando de 6,42 (por mil habitantes) em 2008 a 7,98 (por mil habitantes) em 2004. Entre 2000 a 2006, verificam-se pequenas reduções e aumentos. Ocorre redução da taxa em 2007 e 2008, seguida de aumento em 2009 e 2010, e nova redução em 2011.

As taxas de Maricá revelaram-se no período de 2000 a 2006 acima das médias do conjunto de municípios de influência do Comperj, exceto nos anos de 2000 e 2001. Em 2007 a taxa municipal foi semelhante à regional e de 2008 a 2011 a taxa do município ficou abaixo da encontrada na região. Quando com-

paramos com a taxa estadual, observa-se que de 2000 a 2005 a taxa do município apresenta-se acima do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, no período de 2006 a 2011, a taxa municipal foi inferior à média encontrada no Estado.

Nesta meta, um dos indicadores destacados é a mortalidade por acidentes de transporte, pois eles matam 1,2 milhão de pessoas ao ano, com uma média de 3.242 pessoas todo dia. Nesta meta, também se ressalta o indicador de mortalidade por agressões, pois a violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e responsável por 14% das mortes na população masculina e 7% na feminina.

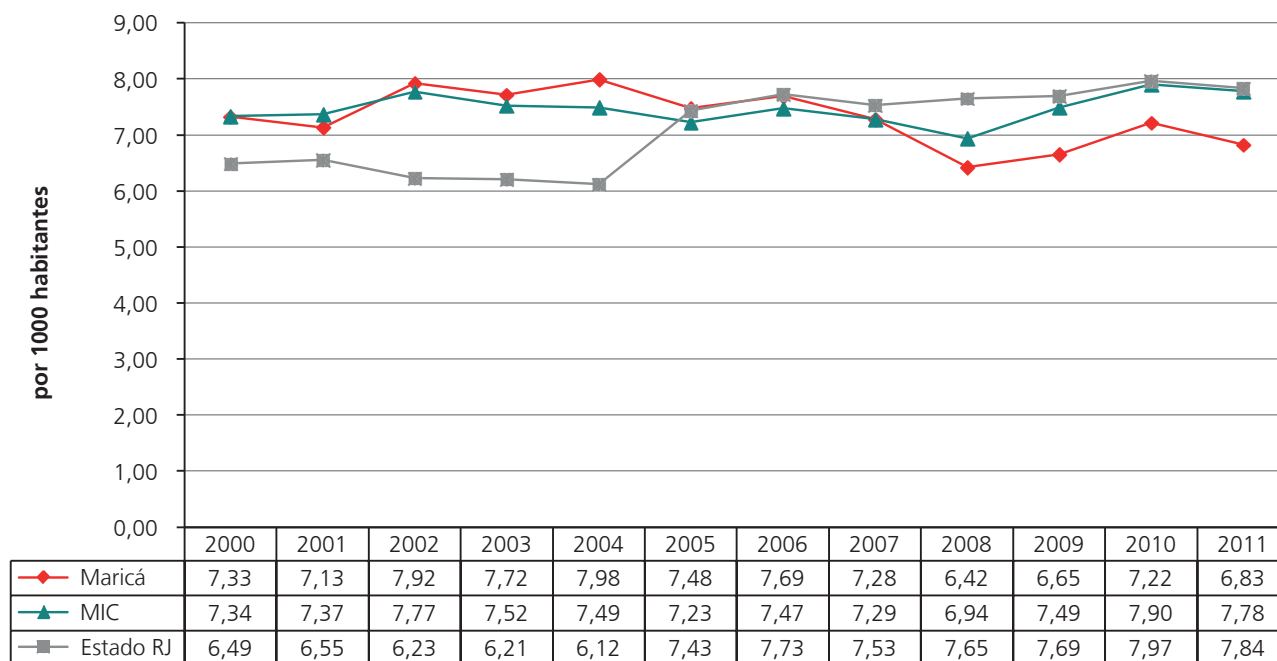
Além disso, causam lesões incapacitantes em 20 a 50 milhões de pessoas por ano e são a 11ª causa de mortes, representando 2,1% das mortes no mundo.

No município de Maricá a taxa de mortalidade por acidentes de transporte apresentou variabilidade no período de 2000 a 2011. Entre 2000 a 2006, nos três primeiros anos observou-se instabilidade nas taxas. A taxa mais eleva-

da foi encontrada em 2002 (31,10 por 100 mil habitantes). No segundo triênio as taxas também foram instáveis. A taxa mais alta nesse triênio foi encontrada em 2003 (34,32 por 100 mil habitantes), sendo esta também a maior de todo o período analisado. Em seguida, os anos de 2006 e 2007 apresentaram taxas semelhantes às de 2008 a 2010, com redução na taxa, sendo a de 2010 a menor de todo o período (7,89 por 100 mil habitantes). Em 2011 ocorre novo aumento na taxa.

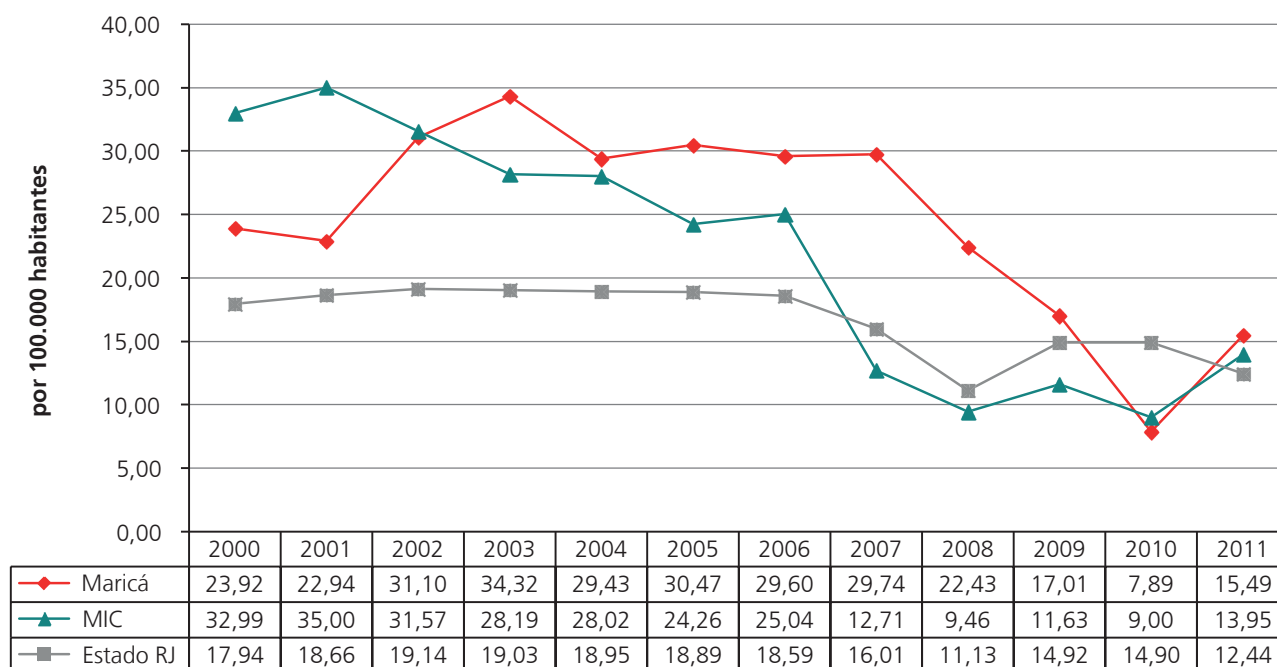
No período de 2000 a 2006, no primeiro triênio as taxas de Maricá encontravam-se abaixo das médias do conjunto de municípios de influência do Comperj, porém de 2003 até 2009 e em 2011 o município apresentou taxas superiores às da região, sendo que em 2007 e 2008 as taxas municipais (29,74 e 22,43) foram mais que o dobro das taxas encontradas na região (12,71 e 9,46). Em 2010, a taxa municipal ficou abaixo da taxa regional. As taxas de Maricá apresentaram-se durante todo o período de 2000 a 2011, exceto em 2010, acima das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade geral padronizada. Município de Maricá. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito padronizada - Município de Maricá. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

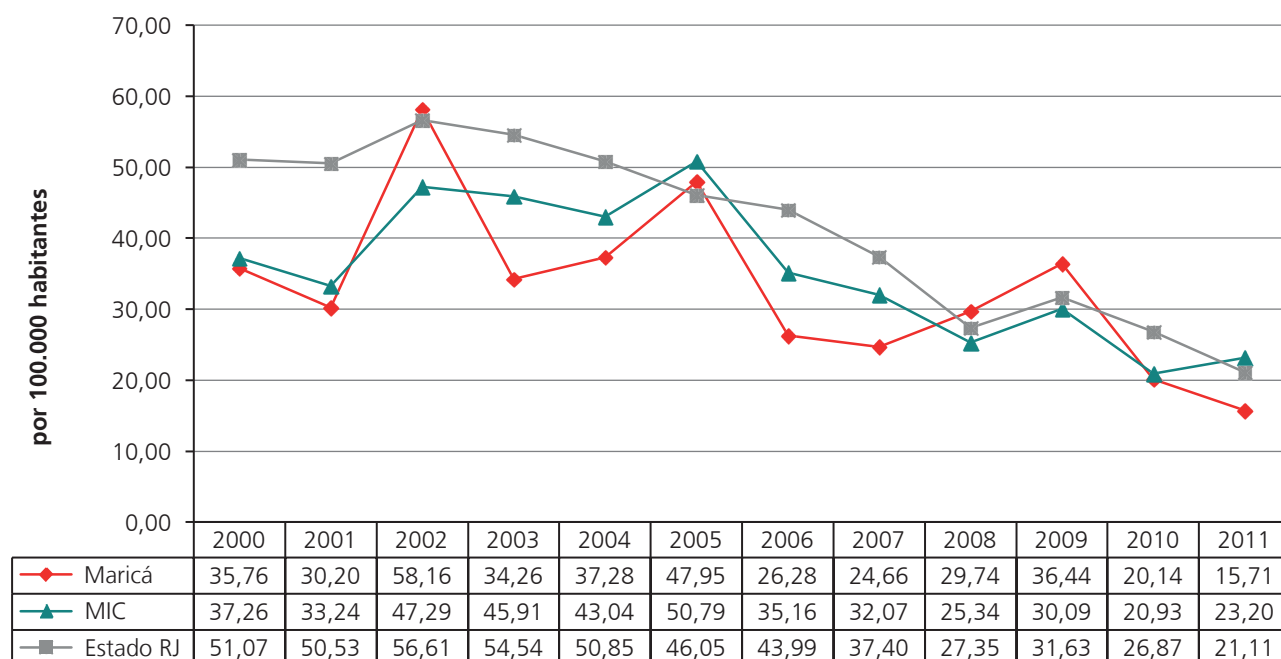
A ocorrência de mortes violentas nos espaços urbanos vem sendo associada a alguns fatores existentes nesses ambientes como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social e baixa renda familiar. A violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e responsável por 14% das mortes na população masculina e 7% na feminina.

No município de Maricá a taxa de mortalidade por agressões apresentou variabilidade no período de 2000 a 2011. Entre 2000 a 2006, nos três primeiros anos observou-se também instabilidade nas taxas. A taxa mais alta nesse triênio foi encontrada em 2002 (58,16 por 100 mil habitantes), sendo também a maior de todo o período analisado. No segundo triênio verificou-se uma tendência de aumento nas

taxas, de 34,26 em 2003 para 47,95 acidentes para cada 100 mil habitantes em 2005. Em seguida, os anos de 2006 e 2007 apresentaram taxas semelhantes, sendo a taxa encontrada em 2007 de 24,66 por 100 mil habitantes. Em 2008 e 2009 observou-se um pequeno aumento da taxa, seguida de redução em 2010 e 2011.

No primeiro triênio as taxas de Maricá encontravam-se abaixo das médias do conjunto de municípios de influência do Comperj em 2000 e 2001; já no segundo triênio as taxas do município foram inferiores às da região. Em 2006 e 2007 o município apresentou taxas menores (26,28 e 24,66) que a região (35,16 e 32,07). Em 2008 e 2009 a taxa municipal volta a ficar acima da regional. Em 2010, a taxa municipal e regional mostram-se semelhantes e em 2011 a taxa municipal foi inferior à regional. As taxas de Maricá apresentaram-se na maior parte do período de 2000 a 2011 abaixo das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade por agressões padronizada - Município de Maricá. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P; FARIA, C. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep, Caxambu, 1998.

ALFONSIN, B. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** *Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal*, 1997.

AMARAL, D; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, R. **O Leste Fluminense, o COMPERJ e a questão urbano-habitacional.** In: OLIVEIRA, F. L.; COSTA, S. M.; CARDOSO, A. L. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.* Rio de Janeiro: s. n., 2007.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A Qualidade do Ensino na Escola Pública.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BIENENSTEIN R.; AMARAL, D. **Regularização fundiária plena em terras da união: Desafios e perspectivas.O caso do assentamento Vila Esperança, São Gonçalo - RJ - Brasil.** Trabalho apresentado no XIII ENAnpur, 2009.

BIENENSTEIN, R. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** Em: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade).* São Paulo, Alfa-Omega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida.** *Teoria e Debate*, v. 82, 2009.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** *Arq. urb-Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Nº1, 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** *Estação Liberdade*, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf. Acesso em 10 de mai. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos do Ministério das Cidades: Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Caderno 4. Brasília, DF: Governo Federal, 2004. (Série de Cadernos MCidades)

CARDOSO, A. **Habitação de interesse social: política ou mercado? reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** Trabalho apresentado no XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, A. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído-ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas.** *IPPURI/UFRRJ: MON*, v. 17, 2006.

CARDOSO, A. **Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários,** Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2003.

CAVALLIERI, F.; OLIVEIRA, S. **"A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio."** Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

CDC. **Centers for Disease Control, Dengue.** Acesso 27 abril de 2011. <http://www.cdc.gov/dengue/epidemiology/index.html>.

DONALÍSIO, M. R.; GLASSER, C. M. **Vigilância Entomológica e Controle de Vetores do Dengue**. Rev. Bras. Epidemiol. 2002; 5(3):259-272.

DUARTE, S. **Direito à moradia, políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional: os desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida**. *Dissertação de Mestrado*. UERJ, 2011.

ELALI, G. **Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação**. II Congresso Brasileiro e I Ibero americano Habitação Social – Ciência e Tecnologia. Florianópolis, 2006.

FERNANDES, E. **Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas**. XV, p. 597-616, 2007.

FERNANDES, E. **A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. Direito urbanístico. Estudos Brasileiros e Internacionais**. Belo Horizonte: *Del Rey/Lincoln Institute*, p. 3-23, 2006.

FIX, M. **Financeirização e Transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FIX, M.; ARANTES, P. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. *Correio da Cidadania*, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DO AMBIENTE, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA. **O estado do ambiente** - Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro 2010. Rio de Janeiro - SEA/INEA – 2011.

HONÓRIO, N. A.; SILVA, W. C.; LEITE, P. J.; GONÇALVES, J. M.; LOUNIBOS, L. P.; LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R. **Dispersal of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) in an urban endemic dengue area in the state of Rio de Janeiro, Brazil**. Mem Inst Oswaldo Cruz 2003; 98:191-8.

HONÓRIO, N. A.; CASTRO, M. G.; BARROS, F. S. M.; MAGALHÃES, M. A. F. M.; SABROZA, P. C. **The spatial distribution of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* in a transition zone, Rio de Janeiro, Brazil**. Cad. Saúde Pública 2009; 25(6): 1203-1214.

HWA, Chou Sin e HORA, Monica de G. Massera - **Projeto Macacu – Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu**, Rio de Janeiro: FEC/UFF, PETROBRÁS AMBIENTAL, 2009 e 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008**.

LAGO, L. **Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana**. Cadernos Metrôpole ISSN 2236-9996, n. 09, p. 119-133, 2003.

LAGO, L. **Política urbana e a questão habitacional: novas tendências face à crise econômica brasileira**. *Cadernos IPPURI/UFRJ*, Ano VI, n. 1, p. 41-47, 1992.

LIMA, A. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização em favelas**. *Annablume*, 2012

LÜDCKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, E. **"O impasse da política urbana no Brasil"**. *Petrópolis, RJ: Vozes*, 2011.

MARICATO, E. **A nova política nacional de habitação**. *O Valor*, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. *Atual*, 1998.

MARQUES,E. **"Assentamentos precários no Brasil urbano."** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MEDRONHO, R. **Dengue e o ambiente urbano.** *Rev Bras Epidemiol* 2006; 9: 159-161.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual nacional de vigilância laboratorial da tuberculose e outras micobactérias / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 436 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde.** http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31115 (acesso: 30 de novembro 2012).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. **Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.** Brasília – abril/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. **Plano municipal de saneamento básico** – Relatório Base - Gerencial Consultoria e Participações – maio/2010.

RIBEIRO,L.C; AZEVEDO, S. **A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses.** A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro, *Editora UFRJ*, 1996.

RIBEIRO,L.C. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação.** SILVA, A. Machado da (Org.) Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: *Zahar*, 1982.

ROLNIK, R. (Org.) **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: *Ministério das Cidades*, 2010.

ROLNIK, R; CYMBALISTA ,R. **"Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social."** Vol. 29. *POLIS*, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS** – 2009 e 2010 – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2011.

TAUIL, PL. **Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil.** *Caderno de Saúde Pública*; 2002:18(3): p.867-71.

VALLADARES, L. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** *Zahar* Editores, 1978.

WHO, World Health Organization - **Global Alert and Response. Impact of Dengue.** Acesso 27 abril de 2011 <http://www.who.int/csr/disease/dengue/impact/en/>

WITAKER, J. S. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. *Editora FUPAM*. 1ª edição: São Paulo, 2012.

REALIZAÇÃO



ISBN 978-85-228-0922-6



9 788522 809226